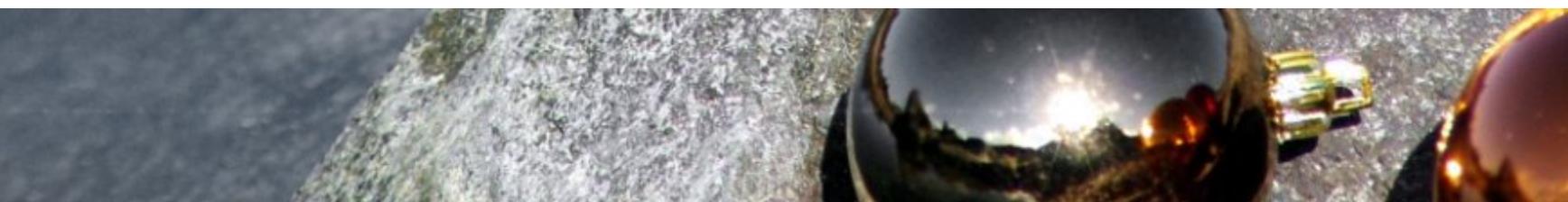


andar **LHA**gem n.º 2



FICHA TÉCNICA

andarLHAgem

www.azores.gov.pt



Propriedade e edição:
Presidência do Governo Regional dos Açores
Direcção Regional das Comunidades

Director:
Alzira Maria Serpa Silva

Coordenação:
Álamo Oliveira

Redacção:
Paulo Teves | Nélia Andrade
João Martins | Raquel Rodrigues

Concepção gráfica:
Rui Melo

Impressão:
Nova Gráfica

Periodicidade:
Semestral

Direcção Regional das Comunidades

FAIAL
R. Cônsul Dabney
Colónia Alemã
9900-014 HORTA
Telef.: (351) 292 208 100
Fax: (351) 292 391 854

TERCEIRA
Rua do Palácio
9700-143 ANGRA DO HEROÍSMO
Telef.: (351) 295 215 826
Fax: (351) 295 214 867

SÃO MIGUEL
Rua Padre José Joaquim Rebelo, 20
Edifício Boavista
9500-782 PONTA DELGADA
Telef.: (351) 296 204 811
Fax: (351) 296 284 380

E-mail: drc@azores.gov.pt

ÍNDICE 28

04

Editorial

05

Nota de abertura
andarILHAgem

VENTOS C/NOTÍCIAS ■

08

Direcção Regional das Comunidades
Factos do semestre

11

2008 é o
Ano Europeu do Diálogo Intercultural
Paulo Teves

12

A Casa dos Açores em Lisboa
Eduíno de Jesus

15

«Açoriano Gaúcho»
ou «Gaúcho Açoriano»
Régis Albino Marques Gomes

18

D. Djuta Ben David
a primeira mulher emigrante nos Açores

MARÉS DE TODOS OS MARES ■

23

As Comunidades Açorianas
da Costa Leste e Califórnia
comemoram o cinquentenário
do vulcão dos Capelinhos
António Goulart

28

'Lugar e Identidade': Viagem de emigrante
Irene Maria Ferreira Blayer

32

Receita para cozinhar o português
(narrativa da diáspora)
Francisco Cota Fagundes

■ ALGAS SONHOS TRANSPARÊNCIAS

39

Almagreira

41

As contas de sempre

43

Diário/entrada
(de um andarilho descalço)
José Francisco Costa

44

O sorriso da boneca
Eduíno de Jesus

50

Palavras (extracto)
Luiz Antônio Assis Brasil

52

Dança dos sentidos/ Memórias em
movimento
(reportagem)

65

Poema de Natal
Emanuel Félix

EDITORIAL

Foi bom saborear as palavras de tantos sobre o primeiro número de andarILHAgem. Os incentivos não devem ser desperdiçados e, por isso, é com empenho e entusiasmo que se dá corpo a mais um número desta revista, que aposta, nas distâncias dos seus destinatários, a percepção dos espaços açorianos reveladores duma andarilhagem pluridireccional. Tal como no tempo das descobertas e das viagens do comércio à distância, a Região dos Açores continua a ser o ponto de referência para se cumprirem os desígnios do actual andarilhar da Humanidade. Na verdade, anda sobre o mar quem sabe navegar. Navega quem ousa chegar ao cais para desembarcar os seus destinos. Como disse Pessoa (citado de cor), «tudo vale a pena/ se a alma não é pequena».

Repete-se o modelo do primeiro número por razões óbvias. Apenas mudam os colaboradores. E, desde já, sublinhe-se: a colaboração que tem sido prestada não se fica pela generosidade; prima, sobretudo, pela qualidade. Assim, nem é difícil fazer com que esta revista surpreenda pelo conteúdo — surpresa, por sua vez, sempre bem embrulhada a jeito de prenda de Natal.

A propósito: quando esta andarILHAgem vos chegar às mãos, as festividades do Natal andarão a encher-lhes a casa com coisas que sempre temos por bonitas. Sobre música de fundo adequada, as árvores já estarão ornamentadas com fios de luz e com sorrisos dependurados como sonhos do presente para o futuro. Por sua vez, o passado andarà vestido de um imaginário de longas barbas brancas, como Pai-Natal carregado de memórias e de saudades e também de êxitos e de momentos felizes. A história do andarilhar açoriano sempre se enformou destas múltiplas emoções e situações, vividas e reavivadas para exemplo do presente e para lição no futuro. Afinal, só quem não andarilha não faz parte da História.

AndarILHAgem quer entrar na toada desta Festa universal. Está a entrar pela chaminé do coração e a pousar no sapatinho dos afectos. Aí se acalantarà em partilha de saberes, através do ramalhete de ideias e de idiomas em que a nossa migração se exprime.

Feliz Natal! Bons Anos!



Chegamos a Si conduzidos pelo gosto de diversificarmos as nossas opções e pela vontade persistente de ir ao encontro de quantos conhecemos.

Poderá você argumentar que é um dever. Não a(o) contradirei. Mas esclareço que os deveres para a direcção regional das Comunidades são, dia a dia, relegados para terceiro plano pela paixão com que trabalhamos e pela firmeza das nossas convicções.

No momento em que este segundo número da revista AndarILHAgem circular, estaremos a um passo do Natal. Esta é a nossa maneira, neste ano, de nos aproximarmos com um sorriso de Boas Festas. Com os votos vão também desejos, na expectativa de serem um dia! milagrosamente transformados por nós em prendas, e na independência dos credos de cada um: paz universal, muito amor, e o reconhecimento da dignidade livre como direito inalienável. A iluminar toda a Humanidade!

É uma utopia, sim. Amiga(o), mas se não aconchegarmos as nossas utopias, se não as protegemos dos que temem sonhar, se não lutarmos, cada um à sua maneira, por essa legítima aspiração de defendermos os animais (nós incluídos) e a natureza da Terra dos seus predadores, que também somos nós, então o que nos resta?

Vivemos, a nível mundial, um momento cruzado de culturas com desrespeito (não, já não lhe chamo intolerância) pelas mesmas e abuso de poder contra o Planeta. Pressentimos já a ruptura dos sistemas, inventamos novos modelos tecnológicos para aliviar a solidão e a ganância, sofremos a tensão quase insustentável das exigências sociais e da impossibilidade de gerir o tempo. Mas também temos mais e mais gente preocupada e ocupada no combate à indiferença e a todas as formas de opressão. Há esperança! É com ela que segue esta mensagem.

Perdoe-me não ficarmos pela celebração da bondade do Natal e registarmos, como um apelo à Sua consideração, algumas das ameaças que transitam neste início de século ao nosso lado. Natal e Ano Novo são, também, momentos de especial atenção. Ao mundo que agora é global.

Feliz 2008!

ALZIRA MARIA SERPA SILVA

Directora Regional das Comunidades





ventos c/ notícias





DIRECÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES

Factos do semestre



Após a realização do Encontro Jovens “Gerindo Mudanças Toronto 2007”, bem como da participação e apoio da Direcção Regional das Comunidades no *III Portuguese Heritage Month*, em Vancouver, iniciava-se a 14 de Junho, na ilha do Faial, a Feira Viver Culturas Açores 2007, organizada pela Direcção Regional das Comunidades, em parceria com diversas instituições.

Situada no centro da ilha, a Quinta de São Lourenço foi o palco de um encontro onde a diversidade cultural reinou. Durante os quatro dias (14 a 17 de Junho), promovendo o diálogo entre povos e culturas, cerca de dez mil pessoas estiveram em permanente contacto com a realidade da interculturalidade existente nos Açores.

Dividida em diferentes espaços, a Feira Viver Culturas proporcionou ao visitante o contacto com os Açores, Brasil, Cabo Verde, Moldávia, República da Coreia e São Tomé e Príncipe, através de stands com

informação turística e cultural, sob a responsabilidade das respectivas embaixadas.

Uma das grandes atracções foi o Parque Gastronómico “Sabores Entre Culturas”, que esteve a cargo de restaurantes dos Açores, Angola, Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Ucrânia.

Em relação aos espectáculos, as mornas de Cabo Verde, pelos CVA, abriram a Feira. Os sons quentes de Angola, através do artista Bonga, proporcionaram um grande espectáculo no segundo dia. Da comunidade açoriana radicada no Canadá chegou-nos o luso descendente Shawn Desman (filho de mãe terceirense e pai micaelense) que, com ritmos contemporâneos, animou a noite de Sábado. A fechar a Feira, os sons da nossa música tradicional subiram ao Palco pela mão dos Ronda das 9 e, a fechar, Maninho trouxe até ao Faial os sons contagiantes do Brasil.

No entanto, a anteceder os espectáculos no Palco Diversidade, a Feira foi palco de Grupos de Danças e Cantares, nomeadamente a Escola Brasileira de Capoeira, o Grupo Folclórico dos Flamengos, o Rancho Folclórico Bucovina (Roménia) e o Grupo de Danças de São Tomé e Príncipe.

Cerca de 20 investigadores, professores universitários e responsáveis por centros de estudos e museus, provenientes dos Açores, Continente português, Estados Unidos, Canadá, Brasil e Uruguai, participaram de 23 a 29 de Junho, na ilha Graciosa, nas III Jornadas Emigração/Comunidades, evento organizado pela Direcção Regional das Comunidades, com o apoio da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Depois do debate sobre a emigração e as comunidades, do estabelecimento de linhas de acção e de abordagem futuras e da definição de um projecto de informação/comunicação assente em redes formais e informais destinado a dar a conhecer as iniciativas bibliográficas e documentais, os participantes decidiram criar o projecto em rede “Diáspora Açoriana”.

Trata-se de um instrumento operacional dirigido a estudiosos do meio académico e ao cidadão comum com interesse em pesquisar e divulgar *on-line*



conhecimento sobre os Açores e as comunidades açorianas espalhadas pelo mundo, abrangendo áreas como História, património e caracterização sociológica das nossas migrações.

Pretende-se, de acordo com as conclusões do encontro da Graciosa, englobar muitas mais pessoas e instituições que não puderam fazer parte do grupo de 20 entidades presentes nas jornadas.

Como forma de estabelecer uma comunicação mais próxima e directa entre a Região Autónoma dos Açores e as Comunidades Emigradas e Imigradas, bem como com quem se interessa pela temática das Migrações, a Direcção Regional das Comunidades lançou a Newsletter DRC, em formato de e-mail.

Esta Newsletter, formatada em duas línguas (portuguesa e inglesa), com a periodicidade quinzenal, será mais uma porta dos Açores aberta ao Mundo, que divulgará a Açorianidade, as Migrações, a Cultura, bem como os projectos desenvolvidos pela Direcção Regional das Comunidades.



«Dança dos Sentidos/Memórias em Movimento» foi o nome dado ao «workshop» sobre dança, que deu continuidade aos já realizados, em 2005, com artistas plásticos da área da pintura («As Cores Míticas da Ilha») e, em 2006, com fotógrafos («Gentes e Gestos do Carnaval Terceirense»), com participações de elementos descendentes de açorianos, vindos dos Estados Unidos, do Canadá e do Brasil.

Ver reportagem em «sonhos algas transparências» no presente número.

No dia 10 de Outubro, na cidade de Ponta Delgada, decorreu a cerimónia de entrega do Prémio da 3ª edição do Concurso “D. Djuta Ben David” Jornalismo pela integração dos imigrantes, uma iniciativa da



AIPA, em parceria com a Direcção Regional das Comunidades que visa premiar e estimular os profissionais de comunicação social regional a trabalharem a temática das migrações e interculturalidade, contribuindo para uma melhor integração dos imigrantes na sociedade açoriana.

Saes Furtado (Jornalista da RDP-Açores), com a reportagem “Uniões Sem Fronteira”, transmitida na RDP Antena 1 no dia 26 de Novembro de 2005, foi o vencedor com uma viagem de sete dias a Cabo Verde. Durante cerca de trinta minutos, o jornalista contou as histórias e reproduziu os testemunhos de sete casais compostos por açoriano(a)s e imigrantes.

Nos dias 23, 24 e 25 de Outubro os alunos do 3º ciclo de diversas escolas das ilhas de São Miguel, Terceira e Faial receberam uma formação sobre Educação Intercultural.

Esta iniciativa, que conta ainda com a



colaboração do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP), teve como objectivo principal proporcionar a estes jovens uma reflexão em aprendizagem intercultural, tendo em vista a aceitação das diferenças, a tolerância, a solidariedade, a partilha e a cooperação e pretende-se que seja alargada, em 2008, a todas as escolas da Região que leccionam o 3º ciclo.

Dando continuidade ao projecto iniciado em 2005, a Direcção Regional das Comunidades realizou a segunda edição do “Construir Cultura”, subordinando esta edição ao tema do Vulcão dos Capelinhos. Sendo a temática do Vulcão a referência e os seus efeitos migratórios a celebração pretendida, este projecto teve como objectivos o estreitamento de laços culturais entre os Açores e as Comunidades, o estímulo à criação, a divulgação nos Açores de algum do imenso potencial artístico das Comunidades e despertar nos visitantes os



“sentidos” locais e perpetuá-los através da escrita e fotografia.

De 27 a 31 de Outubro, na ilha do Faial, os escritores Eduardo Bettencourt Pinto (Canadá), Álamo Oliveira (Açores), Vítor Rui Dorés (Açores) e o fotógrafo Marcelo Correa (Brasil) absorveram e criaram, nas suas respectivas áreas (literatura e fotografia), uma alusão ao Vulcão dos Capelinhos, vivenciando alguns aspectos culturais da Região Autónoma dos Açores, tentando estabelecer pontes de sustentação para o conhecimento e celebração de um fenómeno que, à parte as suas dores e agruras, tem contribuído para a modelagem contínua da identidade açoriana.

Entre os dias 15 e 20 de Novembro, Santa Maria (Vila do Porto), São Miguel (Ribeira Grande), Pico (Lajes do Pico) e Faial (Horta) foram palco do projecto “Palavras, Sons e Movimento O Uruguai nos Açores”, no âmbito da promoção da divulgação dos laços históricos e culturais que unem os Açores ao Uruguai.



Como forma de dar a conhecer à sociedade açoriana o trabalho desenvolvido no Uruguai a nível cultural e académico e em áreas como a história, a música e a dança, este projecto teve duas vertentes, nomeadamente a histórica e a musical (dança).

A parte histórica contou com as conferências: “A Saga da Gente dos Açores na América do Sul”, por Raquel Domínguez de Minetti e Manuela Techera Cardozo; “Os Descendentes daqueles açorianos no Uruguai de Hoje”, por Manuela Techera Cardozo e Raquel Domínguez de Minetti e “Os açoriano-descendentes que colonizaram o Sul do Rio Grande do Sul brasileiro e os territórios fronteiriços com o Uruguai”, por Washington Batista.

Na parte de espectáculo de dança contou-se com folclore uruguaio e tango da Associação Civil Los Azoreños, do Uruguai.

A Direcção Regional das Comunidades, em parceria com a Azores Express, nos EUA, e a SATA Express, no Canadá, promoveram, de 16 a 24 de Novembro, a V edição do Programa “Saudades dos Açores”.

Iniciativa destinada a cidadãos nascidos na Região Autónoma, a residir nos EUA e Canadá, com mais de 60 anos que, por motivos de dificuldades económicas, não visitem o arquipélago há mais de duas décadas. Tem como objectivo principal proporcionar aos seus participantes um reencontro com a sua terra natal, bem como o contacto com familiares e amigos.

Esta iniciativa contou igualmente com a colaboração imprescindível das instituições de apoio social sedeadas nos EUA e Canadá, com as quais a DRC tem Protocolos de Cooperação, pois são elas as entidades responsáveis pela selecção dos idosos de acordo com os critérios previamente definidos pelos parceiros desta iniciativa.



2008 É O ANO EUROPEU DO DIÁLOGO INTERCULTURAL

A criação de uma nova ordem mundial pressupõe a alteração de valores e ideias, forçada pela forma de viver e pelo rumo em que o mundo caminha.

Actualmente, as migrações são o maior fenómeno social. Qualquer sociedade que caminhe na e para a modernidade não poderá desprezar tal situação, devendo criar condições, a todos os níveis, para uma boa aplicabilidade de normas (políticas, sociais, económicas, entre outras) que permitam um respeito ao ser humano, independentemente da sua condição na sociedade (residente natural ou migrante).

A criação de uma cultura de paz e justiça numa sociedade passa, numa primeira instância, pela forma como são administradas as políticas dirigidas, de forma igualitária, aos seus residentes. Aliás, são estes residentes, independentemente da sua raça, etnia, cultura e género, que promovem o desenvolvimento e a inovação da sociedade em que estão inseridos. E esta situação ocorre diariamente nos quatros cantos do Mundo! Segundo dados da Organização Internacional das Migrações, 192 milhões de pessoas vivem fora dos seus países de origem, ou seja, cerca de 3% da população mundial.

A criação de um espaço global permite a manutenção da identidade cultural? Se o rumo em que caminhamos segue em direcção a uma uniformidade de informação, de cada um de nós, como podemos criar um espaço próprio onde possamos expandir a nossa cultura e receber as restantes que nos rodeiam? E desta transmitir a gerações futuras? É, sem dúvida, um debate que merece atenção.

Cada vez mais as sociedades contemporâneas são multiculturais, abrangendo uma infinidade de culturas que divergem em muito. Saber respeitar as outras culturas assume-se como um papel preponderante na sobrevivência da identidade cultural de cada um de nós.

Os sucessivos alargamentos da União Europeia, a crescente mobilidade populacional resultante deste aumento de mercado único, bem como a importância acrescida da relação da União Europeia com o resto mundo permitiu a todos nós, europeus, uma interacção permanente com todos os residentes da UE, bem como com a sua própria diversidade cultural, linguística, étnica e religiosa. No entanto, a União Europeia não se confina apenas a 27 nacionalidades! É um universo muito maior!

A Comissão Europeia adoptou a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho de declarar o ano de 2008 como “Ano Europeu do Diálogo Intercultural”. Finalmente já começamos a viver com a transição do discurso do Multiculturalismo para o da Interculturalidade!

O Ano Europeu do Diálogo Intercultural deverá incidir em dois grandes pilares de actuação. Por um lado, teremos a Promoção do Diálogo Intercultural que irá permitir aos cidadãos europeus e a todos os habitantes da União Europeia um maior conhecimento e conseqüente aquisição de aptidões que possam compreender a noção de um ambiente aberto e complexo, na medida em que vivemos num espaço de grande convergência cultural. Por outro lado, a importância de uma cidadania activa e aberta para o Mundo será alvo de uma sensibilização dos cidadãos e residentes da União Europeia, no que toca ao respeito da diversidade cultural.

Em Portugal, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., foi o organismo nacional designado para coordenar a execução de um programa de acção, com o envolvimento das diferentes entidades públicas e da sociedade civil. Neste sentido, foi criada a Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, na qual o Governo Regional dos Açores está representado. Realçar também a presença da AIPA

Associação dos Imigrantes nos Açores, nesta Comissão, sendo, em Portugal, uma das duas associações de imigrantes convidadas.

É de notar a importância das migrações no debate político e público actual! E ainda bem que assim é! Estamos a falar de seres humanos que, à semelhança dos nossos familiares que emigraram, procuraram num outro país uma maior qualidade de vida. E é nesta dimensão de convergência cultural que devemos todos abraçar este Ano Europeu, adquirindo formas de estar que perdurem para sempre, dando valor à riqueza cultural que nos rodeia, bem como promovendo o diálogo e o respeito mútuo entre povos!

PAULO TEVES





A CASA DOS AÇORES EM LISBOA

Quanto à actual Casa dos Açores, a sua génese remonta ao tempo de mudança que precede e segue de perto o movimento revolucionário de 28 de Maio de 1926. De facto, a ideia que conduziria à sua formação e à sua fundação *de jure* datam, respectivamente, do ano anterior e do ano seguinte a esse movimento.

RELANCE HISTÓRICO

As primeiras tentativas da comunidade açoriana em Lisboa para formar uma associação *sociedade, grémio, clube, liga* ou como quer que pudesse vir a ser designada datam, pelo menos, do início dos anos 80 do século XIX, concretamente de 1881, no rescaldo das comemorações do tricentenário da morte de Camões, que haviam despertado nas populações de Norte a Sul do País (ou sido aproveitadas com esse fim, e bem) a esperança num renascimento da pátria portuguesa. Contudo, até ao fim do primeiro quartel de Novecentos, em que começaram a germinar as ideias que iam levar à fundação da actual Casa dos Açores (primeiro chamada *Grémio dos Açores*), os projectos de uma associação privada de cidadãos açorianos radicados em Lisboa nunca passaram disso, ou pouco mais longe foram. Entre estes (dos que mais longe foram) contam-se, com intervalo de mais de vinte anos, primeiro o projecto de uma *Liga Insulana*, que englobava cidadãos *insulanos* dos Açores e da Madeira e que chegou a ter uns Estatutos aprovados pelo Governo Civil de Lisboa em 1885, e, depois, o de uma *Sociedade de Estudos Açorianos*, fundada em 1907 (faz agora justamente um século), que reunia personalidades açorianas de relevo, entre as quais o escritor, professor do Curso Superior de Letras e próximo Presidente provisório da República Portuguesa Teófilo Braga. A carência de recursos ou de empenho dos associados, senão de uma coisa e outra, precipitou, todavia, a extinção de ambas as associações pouco tempo após a sua fundação.

Quanto à actual Casa dos Açores, a sua génese remonta ao tempo de mudança que precede e segue de perto o movimento revolucionário de 28 de Maio de 1926. De facto, a ideia que conduziria à sua formação e à sua fundação *de jure* datam, respectivamente, do ano anterior e do ano seguinte a esse movimento. Esta proximidade cronológica é, no entanto, meramente fortuita.

A comissão a quem foi cometida a redacção dos Estatutos da futura associação reuniu-se pela primeira vez no dia 29 de Novembro de 1925 e os trabalhos preparatórios prosseguiram logo depois, arrastando-se morosamente até ao início da Primavera de 1927. Nesta altura, apurada, enfim, uma versão final dos Estatutos, estes foram aprovados em Assembleia Geral, reunida na Sociedade de Geografia de Lisboa no dia 27 de Março daquele ano de 1927.



Nascia assim o *Grémio dos Açores*, que, passados dez anos (em 1938), teria o nome mudado para *Casa dos Açores*, por uma imposição legal que, naquele tempo, reservava a designação de *grémio* só para organismos corporativos do Estado.

No ano seguinte à sua fundação, por decreto de 12 de Abril de 1928, o Grémio dos Açores seria reconhecido pelo Governo Português como instituição de Utilidade Pública, distinção pela primeira vez conferida a uma associação do género, e volvidos mais sessenta anos, em 1989, a Casa dos Açores seria agraciada por Sua Ex.^a o Senhor Presidente da República com a Ordem do Infante D. Henrique.

ASEDE

O imóvel onde se encontra actualmente a Casa dos Açores, na Rua dos Navegantes, à Lapa, foi construído nos anos 20 do século passado num estilo em que é notável uma certa tendência *arte nova*, marcante na época (sua planta é de 1921), de grande beleza arquitectónica, tanto exterior como interiormente. Foi adquirido, em 1970 pela própria associação, que ali se instalou nesse ano e se tem conservado até hoje.

Antes, durante mais de quarenta anos, os primeiros quarenta e três desde a sua fundação, não teve instalações próprias. Começou por ficar provisoriamente instalada na redacção da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, na Rua da Horta Seca (1927), e logo depois na Sociedade de Geografia de Lisboa (1927-28). Nesta situação esteve muito pouco tempo, tendo passado, decorridos meses, para um andar na Avenida da Liberdade, onde se manteve por três anos (1928-31), já em regime de inquilinato. Depois, por mais alguns meses apenas, mudou-se para um andar na Praça de Camões (1931-32), de onde logo se transferiu para um prédio na Rua Castilho, ali se mantendo então por largo tempo (1932-67). De facto, deste prédio na Rua Castilho, apenas saiu trinta e cinco anos mais tarde, transferindo-se temporariamente para um andar na Rua Cecílio de Sousa, onde acabou ficando três anos (1967-70). Passado este tempo, tendo, entretanto, adquirido o imóvel onde se encontra actualmente, aí se fixou então definitivamente.

ACTIVIDADES

As atividades da Casa dos Açores em Lisboa visam a preservação do sentimento de identidade da população açoriana de Lisboa em relação à sua origem insular através do convívio em torno de temas da cultura açoriana; a promoção da imagem dos Açores no Continente, particularmente em Lisboa, através da divulgação dessa cultura no meio em que está inserida, ou mesmo com maior alcance; a defesa dos interesses açorianos aos mais diversos níveis dos sectores público e privado, para tanto dispondo-se à colaboração com a Região em ambos estes sectores; etc..

Das realizações de maior relevo no passado assinalamos, por exemplo, ou por ser propriamente *a de maior relevo*, o I Congresso Açoriano em 1938, que cumpriu um vasto programa de conferências, saraus artísticos, concertos, exposições de fotografia, sessões de trabalho em torno dos mais diversos aspectos da realidade açoriana, feiras de artesanato e de livros, excursões, reuniões sociais, etc., em que participaram personalidades de grande relevo nos meios intelectual, artístico, científico, social, empresarial e político dos Açores e do Continente. A História deste Congresso, com a transcrição das inúmeras conferências que foram proferidas e das reportagens e notícias dos eventos que preencheram o vasto e variadíssimo programa, saiu à luz num volumoso tomo de cerca de 750 páginas, impresso em Lisboa, em 1940 (“no ano das comemorações centenárias da Independência e





Restauração de Portugal”, assim expresso na capa), em edição da Casa dos Açores, com o título de *Livro do Primeiro Congresso Açoreano*.

Este congresso não teve a continuidade que a indicação de *primeiro*, expressa no título (*Primeiro Congresso Açoreano*), faz supor. Realmente, como “congresso açoriano” *tout court*, ficou *único*. Só muito mais tarde, mais de meio século depois, em 1989 e em 1890, tiveram lugar outros dois Congressos, estes de âmbito internacional, e não, como aquele primeiro, genéricos, mas temáticos concretamente, o de 1989, sobre *O Culto do Espírito Santo* e o de 1990 sobre as *Literaturas Insulares de Expressão*

Portuguesa (abrangendo os Açores, a Madeira, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), ambos no anfiteatro da Biblioteca Nacional por serem exíguas as instalações da sede para acolher o público previsto. Não foram publicadas as Actas destes dois Congressos. A maioria das comunicações, os autores publicaram-nas depois em livros ou em revistas.

Aliás, a actividade editorial da Casa dos Açores resume-se à publicação de uma *Revista de Cultura Açoriana*, 3 vols., saídos à luz entre 1989 e 1991, que se espera venha a reaparecer em breve. Além disso, reeditou nestes últimos anos o *In Memoriam de Antero de Quental*, de parceria com a Editorial Presença e com a colaboração literária de Ana Maria Almeida Martins, para assinalar o centenário da morte do Poeta, e publicou uma história da Casa dos Açores da autoria do historiador Carlos Enes: *A Casa dos Açores em Lisboa*, Lisboa, Casa dos Açores, 1996.

Saliente-se também, entre as mais relevantes realizações recentes da Casa dos Açores, a celebração do *Dia do Açoriano*, em que, desde 1989, e por alguns anos adiante, se reconstituíam, conforme a tradição mantida nos Açores, as cerimónias religiosas e os festejos populares em honra do Divino Espírito Santo.

A estas actividades pontuais, que só muito vagamente podem dar uma ideia do seu total na já longa História da Casa a que nos estamos a referir, acrescem os serões regulares das "Sextas-feiras Culturais", com conferências, colóquios, mesas redondas, exposições de arte, concertos, apresentação de livros, etc., em que têm participado personalidades de relevo nos meios literário, artístico, académico, científico, tanto dos Açores como de Portugal Continental e eventualmente do estrangeiro.

A outro nível, merece também referência especial a Gala do Aniversário da Casa dos Açores certamente o acontecimento social da Comunidade Açoriana em Lisboa mais relevante do ano que se realiza numa quinta dos arredores de Lisboa todos os anos pelos finais de Março, isto é, em data próxima de 27 de Março, dia da sua fundação.

... E ficam sem referência algumas das actividades realizadas em parceria com outras instituições, de que não podemos deixar sem referência a Direcção Regional das Comunidades. A mais importante destas, foram as I Jornadas “Emigração / Comunidades” sobre a diáspora açoriana, de iniciativa daquela Direcção Regional, que se realizaram no começo do ano de 2002, com a participação de cerca de 70 representantes das comunidades açorianas dos Estados Unidos da América, Canadá, Brasil e Bermuda, e também do Continente e dos próprios Açores.

EDUÍNO DE JESUS

Presidente da Casa dos Açores de Lisboa



“AÇORIANO GAÚCHO!” OU “GAÚCHO AÇORIANO!”

Através dos livros, de vídeos, da música, da poesia, do folclore, cursos, pelos serões poéticos e musicais ou por reuniões de trabalho, integrando todo o Estado nas diversas feições em que se apresenta a cultura açoriana, a CAERGS estará empenhada no seu papel integrador, evidenciando o Rio Grande do Sul como um dos maiores expoentes da cultura açoriana no mundo, mesmo depois de 250 anos do início do povoamento pelos ilhéus.



Muito se fala na Décima Ilha! Tantos são os lugares que assim se denominam. Na verdade, o que se chama Décima Ilha seria toda a diáspora açoriana pelo mundo, onde cada sonho, cada esperança de uma nova vida é razão de ser deste povo. O açoriano é cidadão do mundo e a sua história se confunde ou se permite influenciar por outras histórias, por outros convívios e pelas cores de cada nova pátria.

Na segunda metade de século XVIII, o açoriano participou de maneira decisiva na formação do Rio Grande do Sul, território que ora pertencia à Espanha, ora pertencia a Portugal. O açoriano, que é destacado para povoar este território e demarcar de uma vez por todas o seu pertencimento a Portugal, encontra nesta saga a adversidade da revolta dos índios que aqui viviam também dispersos pela destruição das missões jesuíticas, os descasos oriundos da política de quem os “trouxe” e de quem os “enviou”, as invasões espanholas, as promessas não cumpridas, o ambiente geográfico completamente estranho àquele das ilhas, pois agora o ilhéu tem de ficar de costas para o mar.

Assim mesmo, aos poucos, foi-se acomodando e assimilando novos costumes, vindo a tornar-se um dos principais formadores do povo gaúcho.

Ao fundar povoados e cidades tornaram-se proprietários de terras, criadores de gado, lavradores e trabalhadores nas mais diversas atividades profissionais tendo, muitas vezes, de deixar seus afazeres e se tornarem “guerreiros” para defender suas terras dos invasores. Esta talvez seja uma das principais características do “Açoriano Gaúcho” ou “Gaúcho Açoriano”: lutar para ter a sua terra.

As lutas por esta nova terra, esta nova realidade, resultaram em um açoriano diferente, cuja participação foi primordial para a demarcação do território riograndense e para o Brasil que se completa com o extremo sul.

O povo gaúcho é conhecido pela bravura, pelo descontentamento com a injustiça. Este povo aprendeu que foi com luta e trabalho que conquistou seu espaço. O açoriano que miscigenou com o índio e com o afro resultou na formação deste povo aguerrido que até já lutou para se tornar uma república independente. E nesse contexto histórico também marcou presença no movimento farroupilha do século XIX.



Pois é justamente neste chão de muitas batalhas, de muita luta na busca de afirmação da identidade que surge, depois de duzentos e cinquenta anos, um tributo devido a estes desbravadores: a **Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul – CAERGS**, fundada em março de 2003. Já no mês de Junho do mesmo ano ingressa no Conselho Mundial das Casas dos Açores, por ocasião da VI Assembleia Geral deste Conselho, realizada em Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, onde foi aprovada a sua inclusão por unanimidade.

A CAERGS teve como motivador o **Grupo Folclórico**, que se ocupa em preservar, estudar e difundir a cultura açoriana no Estado e que é formado por descendentes açorianos de quinta, sexta e sétima geração e pela açoriana terceirense Carla Verónica Cedros Fernandes Marques Gomes.

O Grupo exerce suas atividades de preservação e divulgação da cultura gaúcha desde 1984. No ano de 1992, com o apoio da Direção Regional das Comunidades, fundou o Rancho Folclórico que passou a divulgar também a cultura açoriana através das danças, dos trajes e instrumentos doados pela **DRC**, passando a ser uma das principais referências da preservação da cultura açoriana no Estado.

O grupo hoje é convidado a participar de diversos eventos artísticos, culturais, sociais e acadêmicos em todo o Estado do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Em virtude do trabalho realizado e da necessidade de aprofundar o conhecimento e vivência das suas raízes e de melhor representar a cultura açoriana, o Rancho Folclórico funda a Casa dos Açores, mesmo não tendo ainda espaço digno para preservar e resguardar os bens materiais de toda esta herança legada pelos primeiros povoadores que aqui chegaram há mais de um quarto de século.

Mas os desafios ainda persistiam. A luta agora seria por uma sede que pudesse abrigar a nova entidade. Foi então que recebeu da Prefeitura Municipal de Gravataí um prédio construído por filhos de açorianos, datado de 1877. Este prédio encontrava-se em estado deplorável, restando apenas as paredes e o telhado, tudo em ruínas.

Os Gaúchos Açorianos aceitam o desafio de reconstituir a história e o prédio do **Solar da Magnólia** ou **Casarão dos Fonseca**, nomes pelos quais é conhecido.

O trabalho de restauração foi árduo. Foram dois anos de sacrifícios, até que fosse aprovada a Lei de Tombamento, vindo a ser este o primeiro prédio tombado como Patrimônio Histórico do Município de Gravataí.

São passados cento e trinta anos da construção deste solar, que foi mandado levantar pelo senhor Manuel Fonseca, onze anos antes da emancipação do Município de Gravataí.

Nesta propriedade os tropeiros de mulas e de gado *vacum* faziam a sua parada, pois ali funcionava uma ferraria. Neste mesmo local está a **Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul**. Agora será a referência cultural, onde estará preservada a identidade açoriana do povo gaúcho, perpetuada em todo o Estado.

O velho casarão continuará abrigando os que por aqui passarem e quiserem conhecer mais através da biblioteca que ajudará, com seu acervo, a contar mais sobre a história, a cultura e a vida dos açorianos no Brasil, nas nove ilhas do arquipélago dos Açores e também sobre os açorianos da Diáspora.

Através dos livros, de vídeos, da música, da poesia, do folclore, cursos, pelos serões poéticos e musicais ou por reuniões de trabalho, integrando todo o Estado nas diversas feições em que se apresenta a cultura açoriana, a CAERGS estará empenhada no seu papel integrador, evidenciando o Rio Grande do Sul como um dos maiores expoentes da cultura açoriana no mundo, mesmo depois de 250 anos do início do povoamento pelos ilhéus.

A CAERGS inaugura a sua sede no mesmo ano em que preside ao **Conselho Mundial** das Casas dos Açores e, como primeira atividade de trabalho na nova sede, realiza a X Assembleia Geral do Conselho.

Assim, em reconhecimento público pelo que tem feito nestes quatro anos de existência, em prol da cultura açoriana, já recebeu vários prêmios entre os quais destacamos a “*Comenda Dante de Laytano*” oferecida pela Comissão Gaúcha de Folclore, pelo seu trabalho no resgate das Festas do Divino Espírito Santo no Rio Grande do Sul. Reconhecida com o “Prêmio Destaque Cultural - 2005”, oferecido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Cultura. E mais recentemente o prêmio nacional oferecido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), do Ministério da Cultura do Brasil, que foi “*Prêmio Rodrigo de Melo*”

Franco de Andrade 2007”, recebido pelo Rancho Folclórico da CAERGS, na categoria “Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial”.

Esta é a **Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul**, que conta com cerca de 100 sócios, realiza periodicamente dois importantes eventos artísticos culturais que são o *Festival Internacional de Folclore de Gravataí*, que já está na sua XII edição e reúne grupos folclóricos de vários países e o *Rio Grande Canta os Açores*, Festival de música que está na sua terceira edição e do qual participam compositores e músicos reconhecidos, com temática sobre os Açores. Neste festival, é entregue o troféu **Os Imortais**, para pessoas que se destacam na preservação e estudo da cultura açoriana no Estado.

A CAERGS, em parceria com a Direcção Regional das Comunidades e com a Universidade Federal de Santa Catarina, realizou com muito sucesso, em 2006, o *II Congresso Internacional Sobre as Festas do Divino Espírito Santo*.

Enfim, cheios de entusiasmo e com uma sede própria, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul se afirma como a grande responsável pela preservação e valorização da identidade Açoriana no extremo sul do Brasil.

RÉGIS ALBINO MARQUES GOMES

Presidente da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul





D. DJUTA BEN DAVID

– a primeira mulher imigrante nos Açores

*Cabo Verde
Ilhas perdidas
no meio do mar
esquecidas
num canto do Mundo
que as ondas embalam
maltratam
abraçam*

JORGE BARBOSA
(poeta cabo-verdiano)

A 20 de Março de 1929, na ilha de São Vicente, arquipélago de Cabo Verde, nascia Justina Antónia Rodrigues Silva Ben David, aquela que viria a ser a primeira mulher imigrante no Arquipélago dos Açores.

Conhecida como D. Djuta Ben David, tem marcado a sua presença nos Açores ao longo de cerca de 50 anos através da música, onde, com uma indiscutível voz, embala quem a ouve numa viagem de som, magia e cor pelas dez ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde.

Criada no seio de uma família de músicos, juntamente com 4 irmãos e 2 irmãs, aos 10 anos de idade já tocava e cantava. Recorda com nostalgia as festas com familiares e vizinhos, que preenchiam as noites de ritmos, ao som das guitarras tocadas pelo pai e pelos irmãos.

Com cerca de vinte anos, D. Djuta acompanhou o seu marido numa viagem que mudaria a sua vida por completo. Saíram de Cabo Verde para Portugal, onde o seu marido, Ben David, ingressaria como jogador no Atlético Clube, em Lisboa. Devido a uma lesão durante um jogo, Ben David afasta-se dos relvados como jogador e embarca numa nova aventura, juntamente com a esposa.

Em 1956, Ben David chegava aos Açores como treinador da equipa micalense do Santa Clara. Para D. Djuta os Açores eram como Cabo Verde, ilhas desconhecidas. Mas o espírito de companheirismo e de aventura falaram mais alto, bem como as impressões que lhe transmitiram que os açorianos eram um povo extremamente afável e que seriam, sem dúvida, bem recebidos, causas suficientes para iniciarem nos Açores uma nova etapa da sua vida.

E foi o que aconteceu! O facto de ser uma região fortemente emigratória, e de ambos os povos serem insulares foram razões para que D. Djuta não tivesse nenhum problema de integração, sendo muito bem recebida na nova sociedade.

Só depois de quarenta anos é que regressa à sua terra natal, à ilha de São Vicente. Não reconheceu a sua terra com as imensas mudanças, mas o sentimento de pertença foi constante.

Durante estes anos, e apesar de conhecer apenas a ilha de São Vicente, tem cultivado o conhecimento da sua terra através de programas que vai acompanhando nos órgãos de comunicação social, principalmente através da televisão, bem como pelas pessoas que vão visitando aquelas ilhas. É uma forma de combater as saudades das suas gentes, da sua cultura, e, acima de tudo, de acompanhar o desenvolvimento.

Apesar do seu coração estar dividido entre os dois arquipélagos, D. Djuta sente-se açoriana! Os seus três

filhos e nove netos nasceram nos Açores e para ela são, indubitavelmente, a força do seu ser e não conseguiria sequer pensar viver afastada deles.

Apesar de ser uma grande adepta do prato principal de Cabo Verde, a *cachupa*, a verdade é que D. Djuta rendeu-se à gastronomia nacional, elegendo o Cozido à Portuguesa como sua iguaria predilecta.

No entanto, o seu desejo de regressar a Cabo Verde resume-se a uma viagem com toda a sua família para dar a conhecer as suas origens.

Devido à sua forte presença na sociedade açoriana, foi criado o Prémio “D. Djuta Ben David” Jornalismo pela integração dos Imigrantes, que constitui uma forma de incentivar os jornalistas nos Açores a abordarem o fenómeno imigratório no arquipélago. Para D. Djuta este foi, sem dúvida, uma homenagem que jamais esquecerá, salientando que as políticas governamentais em questões de imigração estão num bom caminho.

Tem tido a convicção do esforço do Governo Regional dos Açores em promover a integração dos que escolheram os Açores como sua nova residência.





marés de todos os mares







AS COMUNIDADES AÇORIANAS DA COSTA LESTE E CALIFÓRNIA COMEMORAM O CINQUENTENÁRIO DO VULCÃO DOS CAPELINHOS

Durante vários séculos, a emigração havia-se constituído sistematicamente numa das soluções preferidas e mais apetecíveis para resolver as dificuldades económicas e para manter a estabilidade numérica populacional, realidade muitas vezes oculta ou disfarçada pelos governantes portugueses, alegando o espírito aventureiro e a procura fácil da riqueza da população.

A “invasão” migratória europeia – incluindo de Portugal – para os Estados Unidos no final do século XIX e primeiras duas décadas do século XX (1880-1920), que ultrapassou 24 milhões de pessoas, foi interrompida por uma postura de diminuição do fluxo de estrangeiros para o novo continente através de novas exigências de um teste de proficiência de leitura na língua materna para os candidatos à emigração, impostas pelo governo de Washington em 1917. As consequências sócio-económicas da I Guerra Mundial muito contribuíram para tal decréscimo na necessidade de mão de obra. E, embora esta nova exigência fosse extensiva a todas as nacionalidades, o seu impacto teve consequências profundas para os emigrantes portugueses, maioritariamente analfabetos e de origem rural. Esta situação ainda se agravou mais quando, em 1921, o Congresso norte-americano aprovou legislação anti-imigratória (*Quota Act*) e em 1924 (*Johnson-Reed Act*) limitando o número de imigrantes, por país de origem, que poderiam ser admitidos por ano, a um máximo correspondente a 3% do total dos residentes nos EUA, em 1880, originários do país em causa. Para ilustrar esta mudança dramática, basta considerarmos que nas duas décadas entre 1930 e 1950, apenas cerca de 10 750 portugueses emigraram para os EUA, um número pouco superior a qualquer dos anos das décadas de 1900 (1901-1910: 69 149 emigrantes) e da de 1910 (1911-1924: 89 732 emigrantes). Na década de 1920 a emigração portuguesa para os EUA decrescia para cerca de 30 000, um total que incluía mais de 19 000 apenas para 1921. Terminava assim, nos primeiros anos da década de 1920, a primeira grande onda de emigração portuguesa para a América.

Durante vários séculos, a emigração havia-se constituído sistematicamente numa das soluções preferidas e mais apetecíveis para resolver as dificuldades económicas e para manter a estabilidade numérica populacional, realidade muitas vezes oculta ou disfarçada pelos governantes portugueses, alegando o espírito aventureiro e a procura fácil da riqueza da população. Os constrangimentos impostos em relação à emigração para o Brasil e para os EUA tiveram um impacto nefasto primordialmente nos Açores, que experimentaram um crescimento populacional incontrolável para os recursos económicos e a escassez de terrenos agrícolas – porque primariamente estavam dependentes dos produtos da terra – de que dispunham. Sem capacidade de escoamento, a população dos Açores aumentou de 232 000 habitantes em 1920 para cerca de 328 000 em 1960. Este aumento populacional, agravado pelo isolamento e abandono a que o arquipélago tinha sido votado pela administração central portuguesa, sob a alçada do



regime ditatorial vigente, e pelas consequências inevitáveis da Segunda Guerra Mundial, tornavam as condições sócio-económicas de vida nos Açores insuportáveis.

Note-se que, historicamente, a emigração açoriana representa cerca de 50% do total da emigração portuguesa para os Estados Unidos. A proximidade geográfica e a ligação com a frota baleeira americana tinham favorecido essa relação privilegiada. Os portugueses do continente tinham à sua disposição alternativas mais próximas e fáceis na Europa, Brasil e África.

Na década de 1950, os EUA suavizaram a legislação anti-imigratória vigente com a lei Walter-McCarren, alargando a admissão de imigrantes não abrangidos por quotas. É também neste contexto de uma maior receptividade à emigração europeia que acontece, em 1957 a erupção vulcânica dos Capelinhos na ilha do Faial. Contrariamente ao que se faz acreditar com alguma frequência, não terão sido os políticos portugueses ou açorianos que terão feito qualquer esforço para sensibilizar os políticos americanos, mas sim as comunidades açorianas radicadas nos Estados Unidos – particularmente os membros da comissão de apoio às vítimas faialenses na costa leste dos Estados Unidos e os líderes de várias organizações comunitárias da Califórnia – que intercederam e alertaram, designadamente o Representante Estadual luso-descendente Joseph Perry de Rhode Island e os senadores da Califórnia, para as condições a que ficaram sujeitas as populações atingidas. Este esforço, aliado à possível projecção da imagem e aumento de popularidade que tal acto de solidariedade poderia trazer a esses mesmos políticos, levaram à rápida aprovação, em 1958, de medidas de emergência que desbloquearam as restrições vigentes para a concessão de 1 500 vistos especiais, supra quota – *Public Law 85-892*, também conhecida por *Azorean Refugee Act* ou *Kennedy-Pastore Act* – para chefes de família originários do Faial que emigrassem até 30 de Junho de 1960. Esta proposta de lei especial foi apresentada pelos senadores John F. Kennedy (de Massachusetts) e John Orlando Pastore (de Rhode Island) e fortemente apoiada pelos Senadores Green e Martin. Uma emenda legislativa introduzida um pouco mais tarde, essa sim conseguida através de esforços realizados pelo governador da Horta, Dr. Freitas Pimentel, alargava esse número de vistos para 2 000, extensivo até Junho de 1962.

Indubitavelmente, o regime de excepção estabelecido para a emigração dos sinistrados da erupção vulcânica dos Capelinhos, pela expressividade dos números e pelo dramatismo da situação, marcou a génese deste novo ciclo migratório de Portugal para os EUA.

Posteriormente, novas iniciativas legislativas dos Estados Unidos, respectivamente em 1962 e 1965 (*Hart-Keller Act*), alargaram e aboliram as quotas de emigração para os países do sul da Europa, incluindo Portugal a quem foi atribuído o número de 8 719 vistos, apenas no ano de 1965. E, muito embora o limite máximo de 20 000 imigrantes nunca tivesse sido atingido pela emigração portuguesa nos anos que se seguiram, este conjunto de circunstâncias e acontecimentos marcariam o início de um dos mais intensos períodos de emigração portuguesa para os EUA, e originariam o maior êxodo da população açoriana num período inferior a duas décadas. Estima-se que entre 1960 e 1980, cerca de 180 000 portugueses emigraram para os Estados Unidos, contando-se entre eles aproximadamente 95 000 açorianos, que se estabeleceram primariamente nos Estados de Massachusetts, Rhode Island, e Califórnia. Os emigrantes continentais deram preferência aos Estados de Massachusetts, New Jersey, New York, Florida e Connecticut.

Indubitavelmente, o regime de excepção estabelecido para a emigração dos sinistrados da erupção vulcânica dos Capelinhos, pela expressividade dos números e pelo dramatismo da situação, marcou a génese deste novo ciclo migratório de Portugal para os EUA. Por essa razão, esta onda de emigração dos anos 60 a 80, é também denominada por “Emigração dos Capelinhos”, embora essa relação não se possa considerar de “causa-efeito”, mas tão somente, uma feliz coincidência. A saída dos sinistrados faialenses (e de outras ilhas – porque muitos foram os que usufruíram desse estatuto, mesmo não residindo no Faial ou nas zonas afectadas), devido às condições especiais criadas para responder à sua situação de vítimas do vulcão, anteciparam em alguns anos o êxodo massivo da população açoriana.

Simultaneamente, com as contratações laborais de 1953, a emigração portuguesa, particularmente dos Açores, para o Canadá também toma proporções notáveis, atingindo nas duas décadas seguintes números próximos daqueles que se verificaram para os Estados Unidos. Neste período de aproximadamente 20 anos, os Açores perderam mais de um terço da sua população para os Estados Unidos e Canadá.

O censo da população estadunidense de 2000 – considerado por muitos estudiosos na matéria como números muito baixos em relação à realidade – apresenta 1,177,112 pessoas de ascendência portuguesa, e aponta para a maior distribuição demográfica dos portugueses nos Estados Unidos com o seguinte quadro:

| | |
|---------------|---------|
| California | 330,970 |
| Massachusetts | 279,722 |
| Rhode Island | 91,445 |
| New Jersey | 72,196 |
| Florida | 48,974 |
| Hawaii | 48,527 |
| Conneticut | 44,695 |
| New York | 43,839 |
| Washington | 17,200 |



Não existe qualquer Estado em que os portugueses não estejam presentes, embora que em números muito reduzidos nalguns deles, como no caso de South Dakota, com 343 portugueses.

Durante o corrente ano, entre Setembro de 2007 e 2008, comemora-se o cinquentenário da erupção vulcânica dos Capelinhos na ilha do Faial, Açores. As diversas actividades e festividades que marcarão a efeméride decorrerão nos Açores e também nas comunidades onde se fixaram os imigrantes que usufruíram da oportunidade que lhes foi proporcionada nos primeiros 20 anos do último meio século. Estas celebrações serão uma ocasião privilegiada para recordar o drama vivido pelas populações afectadas, e também de celebrar o sucesso generalizado desta vasta onda de emigração portuguesa.

A revolução dos cravos de 1974 em Portugal veio trazer uma nova dinâmica e oportunidades aos portugueses.

A revolução dos cravos de 1974 em Portugal veio trazer uma nova dinâmica e oportunidades aos portugueses. Desde essa altura, mas sobretudo a partir de 1980, mesmo perante situações de maior dimensão catastrófica, felizmente a emigração deixou de ser uma solução de recurso para os problemas sócio-económicos do país e em particular dos Açores, que hoje oferecem condições e índices de qualidade vida que não favorecem a emigração.

Para comemorar a passagem do quinquagésimo aniversário da erupção do vulcão dos Capelinhos, as Comissões criadas nas comunidades açorianas da Califórnia (liderada por Antonino Pascoal, Joe Machado e José R. Faria) e da Costa Leste (liderada por Maria de Fátima Lindia) prepararam um vasto programa de actividades sócio-culturais, que incluem banquetes comemorativos, exposições, recitais, palestras e a edição de dois livros, com o intuito de preservar a história da presença dos portugueses na América, transmitindo-a às futuras gerações. Um dos livros é da autoria do investigador Dr. Daniel Marcos, que será publicado pela editora Gávea-Brown (Universidade Brown em Providence, Rhode Island) que abordará o processo político que levou à aprovação da lei que autorizou, em regime de excepção, a entrada de 2 000 famílias sinistradas. O segundo, que terá uma temática mais abrangente, está a ser coordenado pela editora Portuguese Heritage Publications (San José, Califórnia), em colaboração com os Comités dos Capelinhos da Califórnia, Costa Leste dos EUA e Comité Executivo dos Açores, e deverá ser apresentado ao público na próxima primavera.

FOTOGRAFIA: Partida do aeroporto das Lajes de um grupo de sinistrados com destino aos Estados Unidos. (Foto de Alfredina Silva, 1959)



Este segundo livro terá uma edição de luxo, com mais de 400 páginas, em inglês, a cores, profusamente ilustrado, e a colaboração de mais de 40 autores dos Açores, Costa Leste e Califórnia, que analisarão não só o fenómeno Capelinhos, mas também as consequências e impacto da emigração de cerca de 100 000 açorianos para os EUA. Uma parte do livro será dedicada à compilação de memórias e testemunhos – histórias pessoais e familiares – daqueles que viveram a tão traumática experiência no Faial e do relato de experiências dos que emigraram para a América na era pós-Capelinhos (1959 a 1980). Este documento histórico será ainda enriquecido com uma colecção fotográfica de Manuel Cristiano da Silva (fotógrafo da Foto Jovial na Horta, durante a época de actividade do vulcão). O livro também será acompanhado por um DVD contendo uma versão condensada das filmagens a cores realizadas por António da Rosa Furtado durante a crise sísmica.

As comemorações no seio das comunidades Açorianas da Costa Leste dos Estados Unidos tiveram já o seu início. No dia 27 de Setembro teve lugar no restaurante Vénus de Milo, em Swansea, um banquete comemorativo organizado pela Comissão Capelinhos 50, em que participaram mais de 600 pessoas. Foi orador da noite o emigrante faialense residente de Fall River, conselheiro de educação no distrito escolar de Taunton, Dionísio Andrade da Costa. A Comissão Executiva e a Câmara Municipal da Horta fizeram representar-se no evento através do vice-presidente daquela edilidade, Orlando Rosa. A Comissão da Califórnia também se fez representar.

Na costa oeste dos Estados Unidos, em São José, uma das mais emblemáticas instituições sócio-recreativo-culturais da comunidade portuguesa da Califórnia, o Portuguese Athletic Club de San Jose, que em muito deve as suas origens à primeira onda de emigrantes faialenses pós-Capelinhos, em boa hora decidiu juntar-se aos esforços da Comissão Capelinhos 50/Califórnia para comemorar a passagem do início da actividade vulcânica dos Capelinhos, realizando na sua sede o tradicional jantar e baile das Vindimas, este ano incorporando a memória de tão importante acontecimento para aqueles que se radicaram neste estado como resultado da última vaga de emigração portuguesa, também apelidado de “Emigração Pós-Capelinhos”. Foi apresentada uma projecção de imagens do vulcão e entregue a todos os presentes um botão de lapela com o logotipo das comemorações. Esteve também presente neste importante acontecimento comunitário o vice-presidente da Câmara Municipal da Horta, Orlando Rosa.

ANTÓNIO GOULART
Portuguese Heritage Publications



FOTOGRAFIAS: Imagens dos Capelinhos em actividade. (Fotos de Manuel Cristiano da Silva e Foto Jovial, 1957)



Aspecto da assistência na comemoração dos 50 anos dos Capelinhos pela comunidade da Costa Leste dos Estados Unidos no restaurante Vénus de Milo, em Swansea, Rhode Island, a 27 de Setembro/07. (Fotografia de António Goulart).



Aspecto da sala do Portuguese Athletic Club de San Jose, Califórnia, no dia 29 de Setembro/07, durante o início das comemorações do 50.º aniversário dos Capelinhos. (Fotografia de Carlos Fagundes).



'LUGAR E IDENTIDADE': VIAGEM DE EMIGRANTE

A paisagem cultural da Província do Ontário, Canadá, é um testemunho de um mundo de comunidades emigrantes em permanente mudança. Ou seja, uma paisagem enriquecida e transformada pelos indicadores culturais das suas gentes: as línguas que falam, comida, roupa, música, tradições e outros.



Azorean religious procession © by Kenneth G. Smith

De acordo com os relatórios oficiais canadianos, a política multicultural do governo canadiano promove a participação dos diversos grupos emigrantes que compreendem o mosaico sociocultural, linguístico, político do país, o que, segundo os estudiosos, reflecte as noções de pluralismo e globalização como modos de reconhecer a crescente diversidade canadiana'. Cidades ontarianas, como Hamilton, Oakville, Mississauga, Toronto, Kingston, Ottawa, ou Cambridge, Kitchener, London, por exemplo, patenteiam indícios da emigração portuguesa, que agora se convergem nas fronteiras étnico-culturais da Província.

É nesta Província que vive o maior contingente emigrante português (cerca de 357 690, segundo o censo de 2001), sendo 80% predominantemente açoriano. Neste mesmo censo regista-se que “o Português é a língua materna de 222 850 Luso-Canadianos, e 51% da população do Canadá que fala Português como primeira língua vive na área de Toronto”, Ontário. Foi há pouco mais de cinquenta anos que “oficialmente” se manifestou a primeira emigração portuguesa para o Canadá. No entanto, recordemos, entre outras, algumas das antigas presenças portuguesas da história da emigração canadiana: o baleeiro picoense Joe Silvey¹ que deu entrada no Canadá muito antes de 1867; a

¹ Jean Barman (2004). *The Remarkable Adventure of Portuguese Joe Silvey*. British Columbia: Harbour Publishing.



Portuguese Lady in black © by Kenneth G. Smith

presença e a estória de Pedro da Silva, primeiro carteiro canadiano que por volta de 1673 chegou ao Canadá; ou a referência ao oficial inglês que, em 1828, se fixou em Perth, Ontário, e cuja esposa, Maria Brito, talvez tenha sido a primeira mulher portuguesa a viver no Ontário²; não esqueçamos a Maria José Angélica nascida em Portugal em 1704 e que depois de ser raptada por um holandês foi vendida como escrava a um comerciante de peles em Montreal³.

Conversas e observações informais sobre o tema porque é daqui que partem estas reflexões, levam-me a crer que as correntes migratórias respondem à necessidade de solucionar situações relacionadas com certas expectativas de progresso, e/ou outras aspirações de bem-estar, as quais redundam por vezes em conclusões nem sempre positivas em relação ao país de origem. Por outra parte, e em contrapartida, o rompimento com o espaço e lugar de herança cultural pode resultar num processo migratório que poderá ser afectado por uma apreciação negativa. Este trajecto é particularmente significativo, podendo-se até mesmo afirmar que, para se compreender a experiência emigrante é necessário vivê-la.

Como luso-canadiana nunca vivi numa comunidade emigrante portuguesa, o que não me priva da experiência migratória,

das incertezas sociais e psicológicas relativamente às variantes culturais, posto que cada circunstância migratória representa uma faceta dentro da complicada panorâmica do fenómeno da emigração. Cada estória deve ser lida e ouvida cuidadosamente; cada uma compreende experiências individuais, e memórias colectivas.

Em 1971, Northop Frye, o filósofo literário canadiano faz a pergunta: “Where is here? Num contexto canadiano esta é uma interrogação fundamental sobre a identidade. Atraída por este pensamento, e apoiando-me na experiência de emigrante, talvez seja possível aproximar-me duma compreensão de identidade não só vista como um desafio, mas que não deixa de constituir um papel relevante e de centralidade para qualquer emigrante, cuja condição lhe incute um “duplo?” sentimento de pertença identitária. A minha própria realidade de emigrante encontra-se algures entre dois mundos, espaços e tempos associados a significados e formas enriquecidas pelas experiências desses mundos. Fora e dentro desses mundos, entre pertencer e não pertencer, entre ser ou não ser canadiana talvez seja mesmo impossível compreender o significado e o valor de ser-se açoriano.

Às vezes percebemos a emigração como um todo compacto, e não nos apercebemos das mudanças, nem do

² Lesley Krueger (2002). “A Narrative of Canada” *Revista Mexicana de Estudios Canadienses*. Número especial, primavera.

³ Afua Cooper (2006). *The Hanging of Angelique: Canada, Slavery and the Burning of Montreal* Harper Collins, Canada.





Portuguese men gathering at street corner © by Kenneth G. Smith

mundo adoptivo que nos rodeia. Ilhamo-nos no nosso mundo comunitário emigrante. Não crescemos, e nunca chegamos a compreender os efeitos do processo migratório que se repercutem em nós, nos nossos filhos, nas novas gerações, e na projecção de quem somos; e daí que resultem os conflitos identitários. Sendo assim, reforçar-se o valor da educação, da cultura e do conhecimento deveria servir de matriz referencial ante o processo migratório. Integrar e aprender não significa renunciar à identidade de origem, mas sim adaptar-se a uma nova existência, crescer e assegurar outros recursos às novas gerações. Investir nelas, e na 'devida' projecção e caracterização da nossa herança cultural. Tem-se dito, sem muito exagero, que emigrar é renascer.

É um desafio, e até mesmo um pouco intuitiva a noção de afirmação cultural, de sobrevivência e retenção de cultura, ao mesmo tempo que nos questionamos sobre os mecanismos e acções que possibilitam a preservação da nossa herança identitária, cultural. Hoje, felizmente, é possível integrarmo-nos nesta cultura de acolhimento, preservando, ao mesmo tempo, tudo aquilo que estimamos e precisamos para manter íntegra a nossa identidade pessoal, linguística, cultural, ao mesmo tempo que integramos experiências vitais que apontam a novos conhecimentos. Damo-nos à luz a nós mesmos, dando-nos a luz que nos advém da instrução que nos permite conhecermo-nos melhor, tornarmo-nos plenamente cónscios e conscientes dum mundo complicado que, conosco ou sem nós, continuará a complicar-se, a tornar-se cada vez mais exigente. Para fazer-lhe frente, urge que eduquemos os nossos filhos, nos integremos neste maravilhoso e generoso país que é o Canadá. Podemos fazer tudo isso, e mais, mas sem sacrificarmos de todo quem somos, a nossa individualidade, a nossa língua, a nossa cultura, os nossos costumes, as nossas tradições, e sem negligenciarmos uma modernização cultural digna da nossa estima e dos nossos cuidados. Configurando-se, assim, um espaço em regime de (re)encontro a uma a condição de '(re)conhecimento'.

Nas nossas comunidades canadianas, muitos dos nossos emigrantes açorianos são modelos de exemplaridade em tantos ramos da actividade humana. Convém notar que, ao assumirem uma dimensão identitária aberta, a vivência emigrante traçou-lhes as linhas no decurso da viagem. E, desnecessário é dizer, há tantas maneiras de triunfar –

incluindo tão-só sobreviver.

Para mim, viver e trabalhar num ambiente anglo-saxónico tem sido mais um incentivo para dar a conhecer quem somos, e ao mesmo tempo me encontrar. Admito que haja tantas possibilidades de auto-realização por todo este imenso e imensamente generoso país que nos acolheu. Neste processo, e por acréscimo, diria que ao interferirmos no mundo adoptivo não importa o lugar e tempo pode-se contribuir inquestionavelmente para o alargamento dos nossos horizontes. O importante é percebermos o sentido de pertença identitária valorizar as nossas raízes e contagiarmos outros espaços com o nosso bem-estar linguístico-cultural, partilhando os nossos conhecimentos com o mundo que nos rodeia. E, assim, deixar uma semente que nos projecte além das fronteiras lusófonas.



Portuguese children © by Kenneth G. Smith

Trata-se, ao fim e ao cabo de dar passagem às novas gerações de luso-canadianos para participação activa nesta sociedade, ou seja, testemunhar que, quando nos deixamos integrar e/ou assimilar, isso não significa que desistimos de ser quem somos; e que, como luso-canadianos, não podemos marcar uma presença neste mosaico intercultural canadiano, onde no âmbito da multiplicidade de vozes, gentes, tempo e espaços nos aproximemos conscientemente de uma possibilidade de à pergunta de Northrop Frye “Where is here?” podermos dar uma resposta.

IRENE MARIA FERREIRA BLAYER
Brock University, St. Catharines, Ontario

NOTE: I thank my husband, **Kenneth G. Smith** for the use of these images.





RECEITA PARA COZINHAR O PORTUGUÊS (narrativa da diáspora)

A luta pelo Português! A ingloria e a glória de ensinar uma língua e uma cultura que ninguém quer aprender, nem sequer aqueles cuja ascendência justificaria um interesse, por mínimo que fosse, nas apregoadas raízes. Para portuga-américas, raízes são aceitáveis se são comestíveis, com especial predilecção, caso se trate de açorianos, para os inhames com linguça, e de grelos a acompanhar pescada, caso se trate de continentais. Raízes do tipo cultural, que puxem pela cabeça e exijam leitura de livro, eles e elas dispensam! Vai daí que toda a criatura que ensina o Português, na sua variante lusitana, de segunda classe relativamente à brasileira, que também é de segunda classe relativamente a quase todas as outras línguas e variantes delas do mundo, tem que ser cozinheiro.

De cozinheiro trabalhei, enquanto estudante da UCLA, para angariar fundos para o Clube Português. Cozinheiro é como quem diz. Pedia a uns e outros que me preparassem o bacalhau, quando era a minha vez de estar encarregado da festa anual. Este e aquela cozinhavam a sua variante do bacalhau à Gomes de Sá e, no dia de festa à tarde, eu encarregava-me de pôr as mesas para os convidados que, entretanto, tinham comprado os seus bilhetes com a devida antecipação. Acontecia, porém, que os mais refractários em aceder à compra do bilhete, eram os primeiros a apresentarem-se, com as respectivas esposas e namorados ou namoradas e filharada, se a havia. Entrei em pânico! Estava seguro de que o bacalhau que tínhamos este ano não chegaria para aquela voraz multidão invasora. Botei discurso. Devo ter sido melodramático ou alarmista, pois uma grande parte da multidão dispersou-se, incluindo, cheguei a suspeitar, alguns que teriam pago o bilhete com a necessária antecipação. No fim da festa, viemos a descobrir que teria havido bacalhau à Gomes de Sá para cinco vezes o pessoal que conosco optou por ficar.

Mas esta não foi a experiência mais ingloria e dolorosa por que passei nas minhas expedições lusitanas de descoberta ao santo dólar que sustentaria as actividades do Clube e o que era todavia mais importante convenceria algum turista gastronómico que o Português, com a acompanhante bacalhoadada ou feijoada anual, era uma língua e cultura tão apetitosas e dignas de estudar como qualquer outra. Esse momento doloroso estava-me destinado para as alcatroadas plagas de Santa Barbara, onde se realizava, para alternar com a Sunset Recreation Center da UCLA, a feijoada anual. Havíamos tido um sucesso espectacular com a primeira feijoada brasileira, seguida de voleibol na praia de Goleta, de futebol improvisado, de passeios à beira-água ou para lá das escarpas até onde a vista alcança para os que razões tinham para escaparem a sessões da “Garota de Ipanema” e da “Banda” e da “Cidade Maravilhosa.” Tal o sucesso, na verdade, que planeámos a festa seguinte com outra feijoada, na mesma praia de Goleta, tendo-se procedido a uma publicidade de convites enviados e dispersos em vários departamentos eivados de apreciações daqueles e daquelas que de passadas bacalhoadadas e feijoadas haviam partilhado. Chegado o antecipado dia, acudiria, como de facto acudiu, o que seria, e foi, uma impressionante multidão.

Como a feijoada anterior tinha sido um retumbante sucesso, porque não tentar, este ano, uma feijoda à portuguesa, uma feijoada tripeira? Lembraram alguns que feijoada tripeira, por definição, mete tripas e que tripas são coisas que, na América da então UCLA e Santa Barbara, nunca ninguém tinha visto senão em mercados esconsos de esconsos bairros mexicanos, onde ninguém senão mexicanos entra, ou então em manuais de biologia ou na *Gray's Anatomy*. Mas então como unir as duas pátrias, as duas variantes da língua? Não seríamos nós responsáveis se, por medo ou cobardia mantivéssemos as tripas tripeiras e a carne seca e os miúdos brasileiros separados? Não constituía essa separação uma espécie de discriminação promulgada por nós, os actuais e futuros professores? Pois não era verdade que a discriminação gastronómica desempenha papel crucial na discriminação racial e étnica? Os mexicanos e os seus frijoles? Os italianos e as suas massas de tantos e tão variados e misteriosos nomes? Os judeus e o seu pão ázimo e gefilte fish e kosher isto e aquilo? Aqui estava uma magnífica oportunidade para uma festa na praia, aliada a uma excelente oportunidade para uma lição, bem regada a uma bem-integrante abundância de sumóis e guaranáis, ao mesmo tempo que se respeitava, como devíamos, a lei americana que considera sacrílego, com cadeia à mistura para

menores e adultos responsáveis pela festa, o consumo de cerveja ou de vinho em ocasiões que tais, por sacrílego que pareça, ao paladar portuga, uma feijoada tripeira sem vinho ou cerveja e, ainda por cima, acompanhada de sacarinas docuras de sumóis e guaranás.

Cozinhada a feijoada por mão perita e servida por mãos ávidas de agradar, com os acompanhantes nervosismos com que servimos comidas passíveis de registar alto na EEP, ou Escala do Paladar Étnico. Qual seria o veredicto? As comidas étnicas são passíveis de agrupamento em três zonas distintas, dependendo do que e a quem são servidas: *servir à vontade*, *máxima precaução* e *zona interdita*. Servir à vontade é a comida que não se distingue muito do habitual de cá, e serve-se a pessoas que estão próximas da cultura ou, por educação e tolerante curiosidade, gostam de dar um passeio turístico ao paladar. Neste grupo estariam um quase-cosmopolita frango na púcara ou umas quase-banais perdizes à isto ou àquilo (parentes próximas, embora não no paladar) das vulgaríssimas *cornish hens*. Na zona de máxima precaução teriam de ser incluídas a açorda alentejana (a açoriana nem passaporte teria aqui: viajaria apenas ficando em casa!), os coelhos à isto ou àquilo, que podem ludibriar papalvos e passar por *chicken*, mas mais certo é serem identificados com o coelhinho da Páscoa que, sendo mamífero como é, adquiriu o curioso hábito de pôr ovinhos, tradição, diga-se de passagem, que a globalização vai transportando e ridiculamente implantando um pouco por toda a parte e a quase todas as gentes. Mas já vi américas comer coelhinho e, passado o choque de descobrir o que é, engolir em seco e lamber os beiços. Na zona interdita da escala podem, e devem-se, incluir as sardinhas assadas (a menos que lhes cortássemos a cabeça e as fizéssemos etnicamente *kosher*, comparecendo à festa como *dressed*, pois peixe dissecado ou destripado aqui dá pelo nome de *dressed*, que é como quem diz *vestido*); o polvo e as lulas também seriam de incluir na zona interdita a menos que enroupados ou mascarados de grossas massas e alguns condimentos que entretanto têm o inconveniente de fazerem as amêijoas, as vieiras, as lulas e as ostras todas terem, mais ou menos, o mesmo sabor, embora uma forte concentração da parte do dente do utente lá lhes consiga distinguir a consistência, e daí a identidade, diferente.

A sardinha tem um historial considerável na minha família. Chegando-nos congelada do continente português, em condições não inferiores (e talvez até superiores) àquela com que se nos depara nos restaurantes alfacinhas, quantas vezes nos serve de rápido e económico meio de transporte gastroemocional à santa terrinha? Daí que nos apeteça torná-la acessível a alguns amigos mais curiosos... o gosto de partilhar com eles o facto de a viagem gastroemocional poder ser conseguida por menos do que custa um *hamburger* ou um *hotdog*, aliás passível de (e isto sempre pensei mas, por medo de ofender, também sempre calei) evocar analogias anatómicas surpreendentes num país de raízes tão pura e profundamente puritanas. Com apenas dois ou três aninhos, o nosso filho já era perito em viagens sardinhas que, como não poderia deixar de ser, para ele eram e permaneceriam por alguns anos tão-só associáveis a um paladar ainda em vias de desenvolvimento. Éramos nós, os dois pais e dois dos avós, em apressada *assembly line*, todos investidos num *piecework* familiar e cómico, de preparação da sardinha. Num extremo da mesa, o avô decapitava e escalava a sardinha, que o pai, à grelha, ia fornecendo; a mãe desventrava-a e removia-lhe as



espinhas potencialmente mais ofensivas e as escamas; a avó, aplicando um saber de longa experiência feito que da sardinha mais aparentemente descabeçada, estripada e despinhada, uma inesperada espinha pode e geralmente se alevanta, era o extremo da operação à sardinha. Ele, impaciente e de braços estendidos e de boca descomunalmente aberta como passarinho no ninho, devorava quantidades inverosímeis do sacrossanto produto. Dos rituais gastronómicos da sua infância, o da sardinha ocupa um lugar cimeiro na história e folclore da família. Aliás, é possível aferir o seu grau de *circum-navegação* das duas culturas com base na sua relação com a sardinha.

O voraz apetite pela sardinha não começou a entrar em crise cultural senão lá para os sete ou oito anos. Pespega-nos, um dia em que um amigo e vizinho veio à nossa casa para brincar com ele, que peixe para ele era atum enlatado e que nunca comeria bichos com cabeça e olhos e tudo. Antecipava, na verdade, a reacção do seu amiguinho, de origem irlandesa, para quem existia uma distância intransponível entre o *roastbeef* repolho da Ilha mátria e estes bichos grelhados anatomicamente correctíssimos que os pais do Evan estavam, *how gross!*, a devorar. Com caretas e dedos no nariz em sinal de mau cheiro e uma blasfema negação da sardinha, o Evan dava o seu primeiro pontapé na cultura ancestral e o primeiro passo na sua sempre difícil *circum-navegação* à volta de dois mundos enformados, dum lado, pela nossa interpretação da gastronomia dos Açores e do Continente português e, do outro, pela avalanche de *pizzas* e saquinhos de flocos de batatas fritas e coca-colas e outras iguarias da cozinha de assalto às vísceras americanas que, por muitas barreiras que pais e agregados erijam, acabam finalmente, por meio de amigos e da força do meio ambiente, de penetrar em todas as casas. Para os momentos íntimos com a família, no entanto, não se desfizera, nem sequer esbatera, o gosto pela sardinha, agora comida, na verdade, com muito menos preparativos. Morto o avô, a *assembly line* perdera um dos seus mais assíduos colaboradores. E a destreza que o Evan já desenvolvera na sua lide da preparação devida à sardinha também tinha progredido o suficiente para ele, apenas de garfo na mão direita, empunhado como faca quando era necessário, não comprometer o ritmo com que sardinhas continuou a devorar infância e adolescência adiante. Mas se havia a possibilidade de alguém, de proveniência cultural incerta, vir à nossa casa em hora de refeição que metesse sardinhas, que dele as afastassemos lá para o extremo da zona interdita.

Assim que se torne necessário exigir o máximo de cuidado com hóspedes que sejam de cultura distinta da nossa. Em primeiro lugar, urge avaliar se são ou não do tipo que tolerariam aventurar-se por terrenos gastronómicos alheios. Alguns não são capazes de se desviar um milímetro da gastronomia umbilical. Outros são mais afoitos irão até onde não haja cabeça ou olho de peixe ou víscera. Carne de porco à alentejana, de que a minha proveniência socioeconómica açoriana não me havia permitido sequer saber o que era até vir para a América, tornou-se-nos, com a passagem dos anos e alguns dissabores de permeio, o nosso cartão gastronómico de visitas. Pelo lado do porco, a carne de vinho e alhos, não é muito difícil de explicar e justificar. Do lado das amêijoas, também não há grande novidade, sobretudo na Nova Inglaterra, zona natural delas. Sempre explicamos que a carne de porco à alentejana é melhor com as nossas amêijoas pequeninas, o que aqui também há, embora mais difíceis de encontrar do que as amêijoas mais vulgares, duras como carne de touro, mas vá lá. O que há que evitar são os *quahogs*, aqueles lapões para os quais são necessários dentes de tigre de sabre. O que é diferente é que, na nossa cultura, unimos mar e terra, uma espécie de *surf and turf* à portuguesa. Quase como cá, portanto. E os coentros que ao fim e ao cabo é a bem conhecida *coriander* é o traço de união entre mar e terra. *Coriander* bem fresquinha e *voilà*, a pontezinha entre mar e terra, entre *surfe* *turf*, nada de arrepiar. E com estes arazoados, cuja intenção é trazer os hóspedes até à cultura sem os amedrontar, acabamos por desvirtuar um pouco a etnicidade da carne de porco à alentejana, de que era nossa intenção servir-nos ao servi-la pois também somos capazes de engendrar um banal *roastbeef* e um ainda mais banal repolho. Quando todos comeram e “gostaram,” ainda nos falta escutar os rostos para averiguar da sinceridade de cada um, ou de esperar *encores*, o sinal mais seguro de que a comida, preparada com os ingredientes adquiridos no supermercado, mas também com a alma e a dignidade étnica como principais condimentos, foi bem sucedida. Quando o emigrante come em casa do anfitrião américas, é a comida que está em causa. Quando o hóspede américas come em casa do anfitrião emigrante, é a comida *mais a cultura* que estão em causa.

Ia o repasto na praia de Goleta de vento em popa. Maravilhoso o feijão branco enfarinhado; delícia o molho; tenra a dobrada. Inclusive o paladar portuga ia-se habituando ao guaraná e ao sumol, ou não seria extensivo à comida

o luso-tropicalismo descoberto por Gilberto Freyre. Português casa com tudo, vive com tudo, come tudo e bebe tudo com tudo. Reinava, pois, o luso-tropicalismo gastronómico na praia de Goleta! Até que um buscapés verbalmente explodiu, e logo outro, e outro. E ao passar de boca em boca, deixou de ser buscapés para se converter numa quase muda explosão, uma bomba: *COW STOMACH!* Não, não era possível. Mas bem pensado, o que eram aqueles bocadinhos de *coisa elástica* que, gostosos embora, tinham uma rara consistência e exigiam uma mastigação mais insistente do que era normal? Se fosse um pé de boi, uma orelha de porco, qualquer parte da anatomia exterior do animal, o delito não seria necessariamente flagrante. Mas víscera de animal? Para mais havendo dúvidas ainda se era porco se vaca. Víscera de animal não identificado? Objecto não identificado, espécie de OVNI gastronómico? O pânico, entre jocoso e verdadeiro, grassou o piquenique. Tentámos detê-lo com uma barreira erigida de história: há que séculos os portugas comiam aquilo! Aliás, havia uma história lindíssima e patriótica que explicava aquele prato. Aquilo não era uma simples feijoada (bofetadinha nos brasileiros e seus adeptos!): aquilo era comer um pedaço de história; de história de uma cidade que, vendo a capital do seu país cercada pelos castelhanos, enviou a carne dos seus bois (e presumivelmente dalgumas vacas que já não davam leite) para abastecer Lisboa e ficou com as entranhas dos animais com que confeccionou aquilo que nós, hoje ali na praia de Goleta, estávamos a comer. Estávamos a comer história, o desejo de independência dum povo. Tratava-se, lembrei eu timidamente, de uma espécie, ainda que um bocadinho arrevezada, valha a verdade, duma *Boston tea party*, uma *cow stomach party*, pois cada um celebra ou protesta com o que tem. De nada nos valeu a lição de história. Apelámos para a tolerância, para futuros e menos ofensivos pratos servidos, em amena companhia, em praias menos alcatroadas. Tudo era e foi assoprar no fogo. A malta começa a levantar-se, a debandar. Alguns ficaram para um entoar de modinhas ao cair da tarde. Num desejo de salvaguardar com alguma dignidade o lusitano da festa, alguém entoou um “Alecrim, alecrim aos molhos,” tentou uma marchinha de Lisboa, até que fomos desaguar num murcho e pouco convincente “Malhão.” Dentro em breve tudo aquilo foi dar na inevitável “Banda” a passar por sobre a nossa étnica dignidade de portugas que não tinham outra saída senão, eles mesmos, acabarem por unir a voz em hino carnavalesco à Cidade Maravilhosa a que nós demos um nome asinino a nossa única vingança possível naquele momento!

Que nos rejeite uma mulher ou um homem, vá lá, pois que, como consta do ditado, fecha-se uma porta ou janela e abrem-se outras; e, como ainda consta de tantos ditados, há tantos peixinhos a nadar em tantos mares. Mas etnias e línguas e culturas na estranha todas de alguma maneira centráveis numa sardinha, numa carne de porco à alentejana ou numa feijoada à moda do Porto; e dignidades culturais e linguísticas e étnicas, dessas, infelizmente, temos apenas uma, independentemente de quantas etnias e línguas e culturas hajam inicialmente enformado os países que nos viram nascer, e primeiro nos viram mamar e comer.

FRANCISCO COTA FAGUNDES
University of Massachusetts Amherst





algas sonhos transparências





«Cravo de esperança I» Fotografia de Marcelo Corrêa | 2007

ALMAGREIRA

Os olhos do silêncio no rosto branco das casas
estão ali
fazendo companhia
às vacas remoendo a erva em pasto de sossego.

Das bocas de talhões espreitam memórias
para de novo
ao fundo se recolherem na espera
fermento azedo da eternidade caseira do meu tempo.

Os olhos do silêncio no rosto branco das casas
me apontam
as tetas torradas da terra que aleitaram
o barro da minh'alma.

(Em S Miguel, ao Sul, a 8 de Agosto de 2001)

José Francisco Costa





«Cravo de esperança II» Fotografia de Marcelo Corrêa | 2007

AS CONTAS DE SEMPRE

Que será mais fácil:
Pescar no Atlântico
com neve na cobertura
cobertos de frio gelado?
Morrer-se abafado
com nada nos olhos
e fome nas mãos de calor?
Ser desonradamente escravo
numa terra livre?
Esquecido do tempo e herói
de uma história nunca dita?

Ou

O que teria sido mais fácil:
Viver morrendo
no basalto morno?
Escrever ilhas de granito?
Riscar saudades na memória
húmida de vindouros?

Peço que regresse
sem resposta...

Angra, 18 de Julho de 2002

José Francisco Costa





«Cravo de esperança III» Fotografia de Marcelo Corrêa | 2007

DIÁRIO/ENTRADA (de um andarilho descalço)

Hoje
escreverei um poema
linha imperfeita da criação
onde as águas se libertam para o nascituro
vir

Hoje
imolarei um deus
na ara fértil da memória
onde as rochas se abrem
para o sonho
ser

Hoje
renascerá em forma
de pássaro branco
um signo inquieto
de
novidade

Hoje
(um *tantos de tal*
nunca igual
ao da cruz)
...
e
passam anos sobre as águas do mundo
nascem trevas das manhãs do homem
e o mar escorre
a terra ensopa
e o vento sopra
nas esquinas do tempo
com olhos
de manhã absorta
em neve
...
e a minha alma?
e o centro do meio de nós mesmos?
(Falemos disto, já
que os poetas excelentes se escusam ...)

Entrelacemos sílabas
a desfiar o tempo
nestas linhas metaforizadas em
gotas, impressões, tentações
a moer a conversa inacabada
que por isso mesmo
nos diz tudo.
Vamos fazer moenda
desta infinita estranheza
de andarilhos descalços
sobre palavras abrolhos
ao sentir que o dizer
se desdiz na boca aberta dos olhos.
Falemos do meio de nós: diz-te
e
eu me contarei.

Hoje
senhores
de vaga imagem
somos.

Escrevemos um poema?
Não?!
... então
morreu um texto:
ficaste nas entrelinhas
subtexto imolado
porque

passam anos sobre as águas do mundo
nascem trevas das manhãs do homem
e o mar escorre
a terra ensopa
e o vento sopra
a vida
no centro do meio de nós mesmos
onde as palavras são nascidas.

(entre Agosto e Outubro de 1997)

José Francisco Costa





O SORRISO DA BONECA

À Natércia

1.

Luciana (digamos Luciana, pois ao certo nunca cheguei a saber o seu nome) sentou-se no banco à minha frente, bem de frente para mim, embora houvesse muitos outros lugares vagos naquela carruagem do metropolitano meio vazia àquela hora da noite

(“dezaseis anos”, disse eu para comigo; “no máximo, dezoito”),
e inclinou-se para diante, na minha direcção, como se fosse dizer-me qualquer coisa (“que vem a ser isto?”, perguntei-me, na expectativa).

Porém, eu ainda meio atarantado ante a surpresa de tão insólita atitude (“que podia ter aquela jovem desconhecida para me dizer em segredo?”), ela voltou-se para o seu lado esquerdo e aproximou da janela, até ao máximo de um palmo, o rosto

(“afinal, talvez quisesse apenas observar bem qualquer coisa no escuro do túnel”, julguei então).

Depois, orientando-se pela imagem tenuemente reflectida no vidro, deu um último retoque no desenho da boca breve, nervoso com um *bâton* que tirou de uma malinha minúscula, onde notei um *L* bordado a pérolas

(“verdadeiras?”, questionei-me).

Feito o que, logo se endireitou de novo, arrumou o *bâton* na malinha minúscula e ensaiou uma postura senhoril, como a de algumas “tias” do *jet-set* que via nas fotografias das reportagens pagas das revistas mundanas.

De repente, sem mais nem menos, já o *metro* começara a diminuir a velocidade para a paragem na estação logo adiante do Martim Moniz, vibrou-me na cara um olhar insolente (como se dissesse:

“Querias, não?”,
com a mão na anca, batendo a ponta do chinelo),

enquanto puxava para baixo a saíxa muito curta com que simulava esconder dos meus olhos, talvez indiscretos, os joelhos (acho que me surpreendeu olhando-os...).

*

Não digo que fosse uma beleza por aí além. Nem sequer talvez fosse propriamente o que se chama uma rapariga bonita. Bonita mesmo, de fazer os homens olharem para trás ao passar por ela na rua, acho que não, de todo. Mas havia nela qualquer *coisa* que me atraiu de uma *forma fatal*, se posso dizer assim.

Acentuo: de uma *forma fatal*.

Sim, porque havia *isso* em Luciana, essa qualquer *coisa* que me atraiu de uma forma doentia, que não sei explicar. O *quê* e *como*, ainda agora não sou capaz de dizer. Mas não tinha nada a ver com o clássico *coup de foudre*. Era outra coisa. Outra coisa.

“Talvez” (só esta hipótese persistiu no meu espírito até hoje) “talvez fosse aquele



imperceptível meio sorriso angélico e demoníaco ao mesmo tempo de boneca-de-louça antiga ...”.

Deveras, *aquilo* foi como um feitiço...

2.

Comparar Luciana com Maria Alberta não se pode, claro.

Maria Alberta tem o dobro da idade dela. É alta, educada, não se pinta demasiadamente como ela. Equilibra-se com naturalidade nos saltos altos (que usa sempre) e veste-se discreta, mas esmeradamente, com elegância.

Aliás, anda, inclina a cabeça para ouvir as pessoas, sorri, pendura o casaco no cabide ao chegar ao escritório, senta-se à secretária, acende o cigarro, desvia aquela madeixa loira da frente dos olhos, pergunta :

“Como?”,

ou diz:

“Sim, sim, claro”,

tudo com uma elegância muito própria, muito simples, sem afectação alguma.

E se me surpreende, por exemplo, observando-a quando cruza as pernas à minha frente, descruza-as imediata, mas simplesmente, com naturalidade, como se o fizesse por acaso.

Fuma cigarros ingleses, muito aromáticos.

E tem o costume de vir acendê-los, sem dizer palavra, no meu isqueiro, que tenho sempre por ali, largado em cima da secretária).

3.

Mas voltemos à rapariga do *Metro*. Ela tinha chegado à gare do Intendente quando o comboio já ia mesmo partir. Teve de correr para apanhar a porta da última carruagem ainda aberta, desequilibrando-se um pouco nos saltos muito altos dos sapatos acabados de estrear. Mal entrou, a porta fechou-se-lhe nas costas, quase lhe trilhando o casaco de *vison* autêntico que trazia pelos ombros, sobre um vestideco breve, singelo, de corte caseiro. E foi sentar-se naquele banco à minha frente, bem de frente para mim, como contei.

*

Não a vi mais do que alguns segundos, pois saiu logo adiante, na estação do Martim Moniz, quase deserta àquela hora da noite, como já disse, onde a esperava um sujeito bem posto, distinto, bigode grisalho, de quem pude observar num relance o sobretudo preto abotoado até acima, chapéu na cabeça a condizer, luvas calçadas, de pele, cor de tabaco, os óculos escuros como nos filmes de espionagem. (Não reparei se usava bengala, mas talvez. Como simples adereço, digamos).

4.

Quanto a Maria Alberta, mais o seguinte:

No escritório dizem que ela é *muito fêmea* .

Não sei lá muito bem o que querem dizer com isso, mas, francamente, detesto ouvi-lo, pois percebo que, na linguagem daquela gente, toda manga-de-alpaca, o termo tem uma



conotação obscena e Maria Alberta não merece.

Francamente, não merece mesmo.

5.

No dia seguinte, após uma noite mal dormida, eu, no escritório, os cotovelos em cima da secretária e o queixo apoiado nas mãos, o serviço parado à frente do nariz, rosnava cá comigo:

“Porque logo havia Luciana de se sentar naquele banco mesmo naquele ali, diante de mim como se não houvesse mais nenhum lugar vago naquela bendita carruagem meio vazia?”

O Chefe, quando me chamou a atenção para o serviço parado em cima da secretária, não poderia compreender, caso eu me pusesse a explicar-lhe o que me perturbava tanto naquele dia.

Não. Decerto não ia compreender.

Por isso, tive de me desculpar com a febre dos fenos (eu era vítima sempre naquela altura do ano, o Chefe bem sabia):

Já há sinais de primavera nas árvores do parque Eduardo VII, senhor Mendonça. Não reparou ainda? Os jacarandás estão carregadinhos este ano...

Não, ele ainda não tinha (não podia ter) reparado, muito embora o seu itinerário de casa para o escritório e volta incluísse a passagem pelo Marquês de Pombal. O Senhor Mendonça não é das pessoas que dão pela chegada da Primavera.

Não posso dizer que seja mau sujeito, nem sequer bronco como muitos pobres diabos que chegam a chefes de secretaria. Nada disso. Apenas tinha lá os seus princípios e não gostava nem um bocadinho dessa *gente nocturna*, como costumava dizer, com acinte, referindo-se principalmente às adolescentes que saíam à noite sozinhas.

Criadas assim ao Deus-dará, o Diabo pega-lhes logo acrescentava sempre, como se gostasse da expressão.

Enfim, como havia o Chefe de compreender o meu estado de espírito, se eu me tivesse posto para ali a dissertar sobre uma menina pobre do Intendente encontrada por mim na véspera, no *Metro*, com um casaco de *vison* autêntico sobre um vestideco de algodão estampado, com ramagens (certamente talhado por uma vizinha, ao serão), saindo de casa sozinha àquela hora da noite para se encontrar com um sujeito de meia idade, todo ele alta roda, género presidente de conselho de administração, numa estação do *Metro*, meio deserta, etc., etc.?

6.

Naquele dia Maria Alberta veio até à minha secretária para acender o cigarro no meu isqueiro como de costume e perguntou-me em voz baixa, quase ao ouvido:

É de um ombro amigo que precisa?,
vendo que eu estava absorto.

Eu, ao princípio, fiquei calado, surpreendido com a pergunta. Não esperava nada que Maria Alberta a pudesse fazer e muito menos que desse pela minha tristeza ou lá o que era que me trazia um bocado *em baixo* naquele dia. Mas ela insistiu:

Tem aqui o meu ombro, não faça cerimónia.

Então eu esbocei uma espécie de sorriso, como se dissesse:

“Porque não?”,

pensando que talvez o ombro dela ajudasse mesmo um pouco.



E respondi que sim, que era de um ombro amigo que estava mesmo precisando.
E ela disse:
Pois então não faça cerimónia.
E foi sentar-se sem olhar mais para mim até à hora da saída.

7.

Nessa noite Maria Alberta e eu saímos juntos pela primeira vez: Jantámos em Alcântara pataniscas de bacalhau com arroz de feijão e vinho tinto da casa. Depois passámos pelas “docas”, bebemos uns gins tónicos, rimos, falámos mal dos jovens de agora que enxameavam por ali

(“Uns vadios!” , dissemos;
“Uns cretinos!” ,
“Não lêem um livro!” ,
“Gastam aqui o dinheiro das propinas que não querem pagar” ,
etc.),
e acabámos às tantas em casa dela.
Na cama dela.

8.

Quanto a Luciana cujo nome, aliás, nem cheguei a saber ao certo , posso dizer que, passado um ano, a imagem dela, eu já a tinha varrido do espírito. Os tempos intermináveis que passara especado ali à boca do *Metro* onde a tinha encontrado naquela noite e as vezes sem conta que vagueara à-toa, depois, no largo e vielas sórdidas do Intendente a diferentes horas do dia e da noite, durante meses, sem saber bem para quê, à procura de quê tudo isso o tempo tinha delido, deixando-me apenas na lembrança um resíduo quase inócuo, no máximo esta pergunta, que sempre me ficou intrigando um pouco até hoje, e ainda agora:

“Que diabo se passou comigo, afinal, naquela altura?”

9.

Mas eis que me surge agora esta adolescente na primeira página do *Tal & Qual* :

*ENCONTRADA MORTA
NOS LAVABOS DE UMA CERVEJARIA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO COM
UMA OVERDOSE DE HEROÍNA*

Tenho aqui o jornal aberto em cima da secretária, não tiro os olhos da fotografia.
(Meu Deus! Porque quero eu tão obsessivamente saber quem era esta pobre rapariga?).

“... assim sem *maquillage* ...”, ponho-me a reflectir, “o cabelo desmazeladamente apartado ao meio e preso por ganchos à altura das orelhas, e, ainda por cima, de óculos ...

Não, não tem nada a ver com Luciana”.

(Luciana usaria lentes de contacto?

E se usasse?).

Não, não. Não posso crer.

“Não tem nada a ver ... Não tem nada a ver ...”,



dou por mim a repetir de mim para mim, mentalmente,
“nada a ver, nada, nada...”,
como se recitasse um exorcismo.

Mas não sei o que procuro decifrar, por detrás destes pormenores do retrato: na inexpressão do olhar míope, no desalinho do cabelo, no ar desmazelado da *pose*.

“Não, não pode ser, não pode ser”, repito sem cessar.

Luciana arranjava o cabelo, maquilhava-se até um pouco exageradamente para a idade...

(Acho que tenho uma ponta de febre, é isso...).

Contudo...

“Este meio sorriso arrepiava-me”, deixo escapar em voz alta. “Tem qualquer coisa do meio sorriso angélico e ao mesmo tempo demoníaco das bonecas-de-louça antigas...”.

Algumas cabeças voltam-se para mim. Atrapalho-me um pouco, esboço um sorriso como a dizer que

“não é nada, não é nada, peço desculpa”

e as cabeças tornam à posição anterior.

“Na fotografia aquela menina parece não ter mais de quinze anos, dezasseis”, prossigo, falando comigo.

Mas sei muito bem que isso não significa nada, pois aquela fotografia podia muito bem ser antiga.

Pois podia, não podia?

(“Agora, que idade teria esta moça? Dezoito, vinte anos, como Luciana?”).

*

(Afinal, chamava-se Laurinda. O jornal traz o nome: “Laurinda da Purificação”.

10.

Maria Alberta ainda vem acender os cigarros no meu isqueiro todas as vezes que precisa. Sem uma palavra. Como se aquela noite que passámos juntos há um ano não tivesse havido. E nunca me perguntou pela Luciana.

Quando chega ao escritório (sempre um tantinho atrasada), diz a todos, como de costume:

Bom dia!,

e quando é hora de sair:

Boa tarde!,

(ou, no inverno, quando os dias são mais curtos:

Boa noite!),

seguido de “até amanhã” ou de qualquer coisa assim).

E no intervalo para almoço despede-se dizendo simplesmente:

Até já!,

acrescentando às vezes:

Bom apetite;

outras vezes limita-se a levantar a mão e a dizer adeus com as pontas dos dedos.



EDUÍNO DE JESUS





PALAVRAS (extracto)

Stanford Muito curiosos os resultados coincidentes de dois estudos simultâneos do Departamento de Genética da Universidade de Stanford, dados a público em novembro de 2000: o antepassado masculino, comum a todos os homens, viveu há 59 mil anos; a avó comum a todas as mulheres e homens viveu há 150 mil anos. Em suma: nossa avó é muito mais velha que nosso avô. É a tremenda antiguidade das mulheres que lhes dá sua imensa sabedoria e persistência. Talvez isso faça com que não morram nunca. Explica-se, portanto, o fato de existirem apenas viúvas. Não há viúvos. Se por absoluta exceção um homem atinge esse improvável estado, logo procura desfazer-se dele, ou pela morte ou pelo casamento.

*

Imortalidade Só os homens almejam a imortalidade. Nenhuma mulher já disse: “Quero me imortalizar”. Essa é uma tolice puramente masculina. Mas há outras diferenças.

*

Inverno Sacerdotes espanhóis, ao longo do rio Orenoco, em pleno século 18, pregavam aos índios. Como a palavra “inferno” e “invierno”, na língua espanhola e na nossa se parecem muito, os índios pensavam que se fossem condenados ao “inv(f)ierno”, estariam para toda eternidade submetidos a tremendas chuvaradas dado que o mau tempo é a constante do inverno naquelas paragens. Já quando os bons padres falavam em fogo e labaredas, os índios não entendiam mais nada.

As palavras são armadilhas. Os escritores sabem bem disso; assim também sabem os músicos, condenados a seus instrumentos. Os instrumentos podem ser muito traiçoeiros, por vezes inventando notas onde elas não existem, e subtraindo outras à bela completude de uma frase musical de Mozart.

A palavra, esta, sempre é enganadora: a prova é a existência dos dicionários.

*

Outono É de Matsuo Bashô: *Sobre um ramo*

despido / está pousado um corvo. / Tarde de outono.

Impossível maior pureza e essencialidade. Isso é coisa para um deus antigo. Ou para o poeta que é meu vizinho de porta, que agora vejo a varrer as tenras flores caídas das paineiras.

*

Passado Para avaliar o mundo, só podemos contar com o passado do mundo. Para avaliar quem somos, só podemos contar com nosso passado. Esse passado, sob benevolente lembrança, oferece a medida para julgar nossas ações atuais. A melhor forma de nos perdoarmos da ação perversa que praticamos hoje, ação metafisicamente perversa, judiciariamente perversa, é evocar o passado, quando éramos bons.

*

Passado II Tal como o nosso, o passado alheio é objeto de fantasia, ainda que nele encontremos uma folha-corrída policial: o que conta é o instantâneo conceito que estabelecemos ao conhecermos uma pessoa. Se for uma boa impressão, o seu passado será belo. Se, ao contrário, a impressão for má, tudo faremos para recheá-lo das mais inomináveis ações ainda que verdadeiras.

*

Samsa Não reconheço originalidade na personagem de Kafka. Milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, nas segundas-feiras, acordam transformadas em monstruosos insetos.

*

Latim Herdamos dessa língua duas perturbadoras formas verbais da terceira pessoa do singular do verbo esse: *erat* e *fuit*. Quando falamos sobre alguém no passado, podemos dizer, por exemplo: “Falcão era (*erat*) um bom jogador”. Isso é bem diferente de “Falcão foi (*fuit*) um bom jogador”. Esse “era”, esse pretérito imperfeito, coloca Falcão num tempo mítico, eventualmente eterno, surgido do nada, prolongando-se ao presente e ao futuro. Já o “foi”, no irrepitível pretérito perfeito, imobiliza a pessoa numa

vitruve, junto aos animais empalhados e às conchas fósseis.

*

Escrever É insulto dizer a um escritor que ele “escreve bem”. Acaso se diz que Machado de Assis escrevia bem? Ou que Vitorino Nemésio escrevia bem? Ou Hemingway?

Escrever bem é apenas uma consequência.

*

Beleza O que é uma pessoa bela? O que é uma pessoa bonita? A pessoa bonita tem tudo para encantar durante algum tempo, o qual pode ser medido até o minuto imediato em que diz algo. Ao falar, a pessoa bonita mostra que pode ser uma fraude; a pessoa bela, mesmo que não fale, sempre será verdadeira. E a verdade é a suprema beleza.

*

Revolução Francesa Luís 16, no 14 de julho de 1789, escreveu em seu diário uma única palavra: “Rien”. Esse “nada” nos enche de vergonha. Por outro lado: ao subir ao cadafalso, Maria Antonieta, acidentalmente, pisou no pé do carrasco Sanson. De imediato ela murmurou suas últimas palavras: “Perdão, monsieur, foi sem querer”. Maria Antonieta comprova que sim, podemos pertencer sem constrangimento à espécie humana.

*

Cenários Uma sensação nos acomete quando visitamos os cenários da infância: eles são, sempre, muito menores do que os retidos pela nossa memória. Os tetos são baixos; as janelas, exíguas; os corredores, breves; os pátios, minúsculos.

Está certo, deve ser assim. Precisamos seguir em frente, sem as pequenas e constrangedoras prisões do outrora.

*

O brasileiro e Napoleão Nós, brasileiros, tivemos um soldado que lutou nas tropas napoleônicas. Chamava-se Caetano Lopes de Moura, era baiano e escreveu uma autobiografia. Uma tarde, na Place Vendôme, há uma parada militar. Ele está lá. Depois de um solene discurso, Napoleão passa em revista a tropa. O instante é de alta dramaticidade. Caetano Lopes de

Moura adianta-se, perfila-se, e depois de bater continência ao Imperador dos franceses, ao vencedor de Austerlitz e de Wagram, ao destronador de reis, ao transformador do mapa da Europa e fundador de dinastias, o que faz, esse nosso conterrâneo?

Ele pede um emprego.

Podem nos acusar de tudo, menos de criaturas impressionáveis com faustos imperiais.

*

Memória Há uma dama norte-americana que sabe de cor *O Mundo de Sofia*. Perguntaram-lhe o porquê dessa raridade. Ela respondeu que decorou o livro apenas para treinar a memória, e que, segundo os médicos, nunca sofrerá de Alzheimer. O fato é que a idade opera uma devastação em nossas lembranças. Nomes que falham, números que desaparecem. Por sorte, quanto mais tempo passa, mais a pessoa sente a impressão do *déjà vu*. É um gato que cruza por uma porta. Eu já vi, aquilo? Quando? Será que já vi? É a curiosa forma de o cérebro criar memórias no lugar das que perdemos.

O gato, esse, ficou para sempre.

(Do livro inédito *Palavras*)

LUIZ ANTÔNIO DE ASSIS BRASIL



**DANÇA DOS SENTIDOS
MEMÓRIAS EM MOVIMENTO**





Oito bailarinos oriundos dos Estados Unidos, Canadá e Brasil, descendentes de açorianos emigrados, estiveram presentes na Terceira, de 8 a 15 de Julho/07, a participar e a desenvolver um «workshop» subordinado ao tema *Dança dos Sentidos/Memórias em Movimento*.

Com formação base em ballet clássico, cada participante, apresentou a modalidade de dança que mais tem desenvolvido como profissional, num espectáculo aberto ao público, no Teatro Angrense na noite de 14 de Julho/07. Assim, foi possível apreciar coreografias de inspiração clássica europeia e oriental, hip-hop e rock, moderna e contemporânea. O programa obedeceu à sequência seguinte:

Liliane Damas (Salomé) «Faddah»; música de Hossan Ramsy; coreografia: Hadia & Improvisos de Salomé;

Davi Sgarbi música do folclore russo/ Ballet Tarasbulda; coreografia: Gopak

Kara Miranda «Tangos»; música de Jafelin; guitarrista: Marek; coreografia: Isabel Bayon; palmas: Maria Ávila e Kara Miranda;

Laura Furtado «What it is»; música de Nelly Furtado; coreografia: Laura Furtado;

Erica Pacheco trecho do Ballet «Le Corsaire»; música de Minkus; coreografia: Marius Petipa;

Marcelo Lages «Matuto»; música de Barbatuques; coreografia: Henrique Talmah;

Melissa Nascimento «Right Here»; música de SWV & Michael Jackson; coreografia: Melissa Nascimento;

Flávio Azeredo «Voar»; Música do Cirque au Soleil (spectáculo Varekay); coreografia (solo): Ofélia Cardoso/ (tecido): Flávio Azeredo.

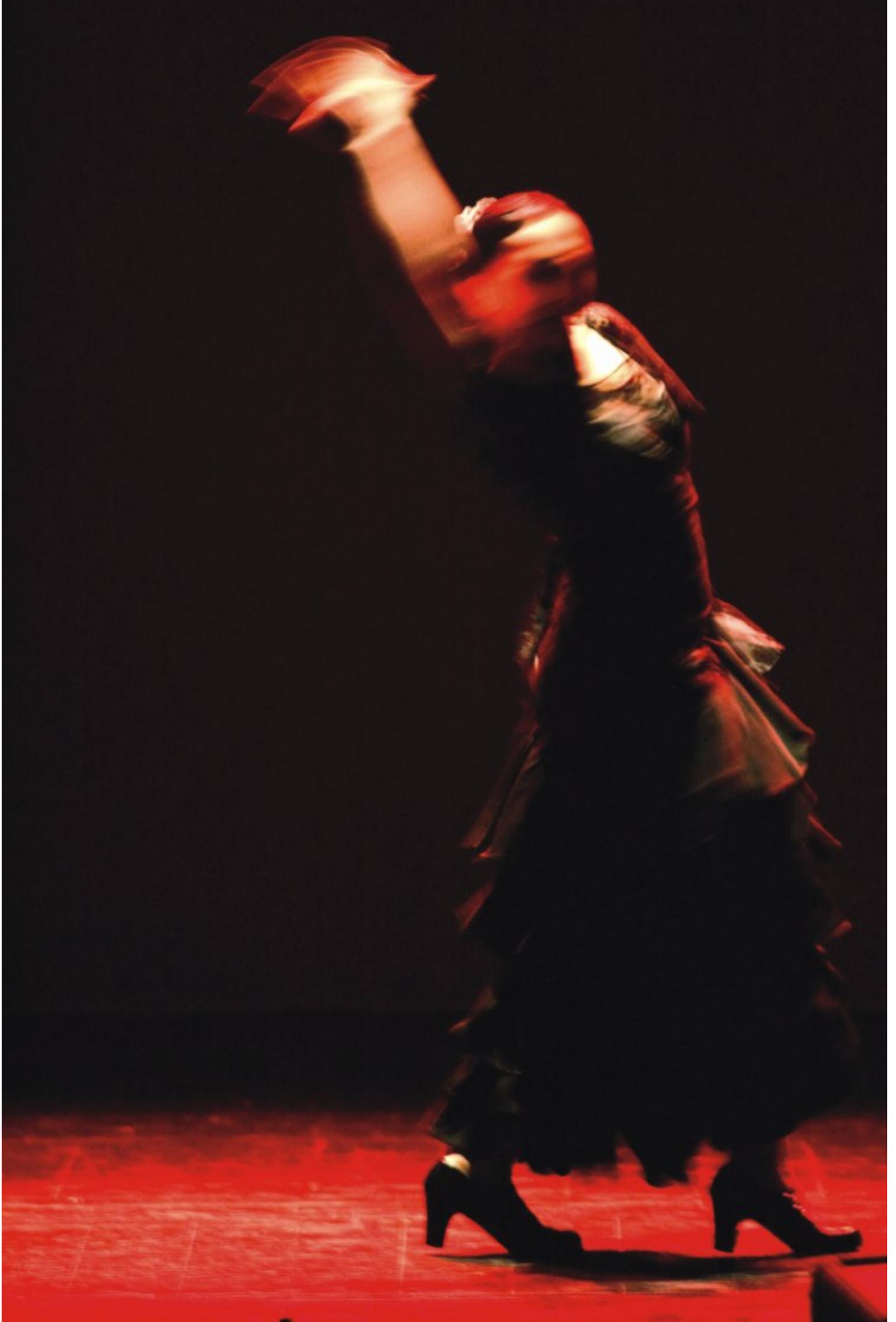
Esta apresentação culminou com uma coreografia de grupo, preparada durante os dias de «worshop», a que deram o nome de «Movimento primordial». Utilizaram música tradicional açoriana interpretada por Victor Castro (guitarra clássica) nos temas *Charamba* e *Ladrão*; Hélio Beirão (viola da terra) no tema *Meu Bem*. Foi também utilizado um extracto do canto das cagarras, de uma recolha de Paulo Henrique Silva.

Nesta reportagem são utilizadas fotografias de Rui Melo (ps. 54, 62 a 64) e de António Araújo (ps. 53, 55 a 61), as deste gentilmente cedidas pela Sociedade Terceirense de Publicidade, Ld^a. («Diário Insular»), a quem agradecemos.



























POEMA DE NATAL

Quando Tu nasceste
que assombrosas e lindas e impossíveis coisas de
acontecer aconteceram...

Em Agosto ou Dezembro o certo é que nevou
e uma estrela se fez bordão de magos.

Até os anjos do céu sujaram as sandálias
nos currais de Belém.

EMANUEL FÉLIX
in «A Viagem Possível», 1984





